

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CAROLINA SCHUHLI

PROPOSTA DE MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DA RESERVA
NATURAL SALTO MORATO A PARTIR DA AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PELA
REPUTAÇÃO *ONLINE*

CURITIBA

2018

ANA CAROLINA SCHUHLI

PROPOSTA DE MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DA RESERVA
NATURAL SALTO MORATO A PARTIR DA AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PELA
REPUTAÇÃO *ONLINE*

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo I e II apresentada ao curso de Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Neri

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA CAROLINA SCHUHLI

PROPOSTA DE MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO A PARTIR DA AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PELA REPUTAÇÃO *ONLINE*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Profa. Dra. Luciane Neri

Orientadora – Departamento de Turismo, Universidade Federal do Paraná

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Curitiba, __ de _____ de 2018.

“A criação de uma área protegida é uma confissão de suicídio. Uma sociedade que precisa proteger a natureza de si mesma não pode estar certa”.

(JOSÉ LUTZEMBEUTOR)

RESUMO

Além de apresentar uma breve discussão acerca do turismo em áreas naturais, introduzindo o leitor aos tipos de uso que podem ser feitos dentro de uma Unidade de Conservação, em especial no que se refere às Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), o presente PPGT buscou trazer em seu escopo uma reflexão acerca da importância do conhecimento da experiência vivenciada a partir da atividade turística nas RPPNs, uma vez que, se bem trabalhado, o ecoturismo pode trazer inúmeros benefícios à região em que se insere. Assim, o intuito do trabalho foi o de identificar novas maneiras de planejar o manejo nestas áreas de conservação, enriquecendo a oferta de equipamentos e serviços turísticos já existente nestes ambientes. A região delimitada para estudo foi a RPPN Reserva Natural Salto Morato, em Guaraqueçaba, onde o turismo já se apresenta de forma consolidada e há certa amplitude de avaliações *online*. A forma de avaliação da experiência, por sua vez, foi através da reputação *online* da reserva, por ser um meio de comunicação em que o visitante dispõe de seu tempo voluntariamente e assim expõe a sua opinião. Esta metodologia é acompanhada da técnica de análise de conteúdo a partir das avaliações e comentários das websites escolhidas TripAdvisor e Facebook.com. Além disso, a análise dos equipamentos e serviços turísticos foi feita em visita *in loco* para melhor validação da situação atual, a partir do formulário de avaliação/inventário da infraestrutura turística de forma adaptada ao proposto pelo Ministério do Turismo (2011) como referência. Após verificação destes aspectos, foi possível propor alterações no local: concluiu-se que é necessário um investimento em recursos humanos e melhorias no serviço de lanchonete em especial. Ademais, o projeto também propôs novos equipamentos e serviços sob uma perspectiva turística para melhor aproveitamento da infraestrutura da reserva, considerando o aperfeiçoamento das atividades já realizadas atualmente (caminhada e *birdwatching*).

Palavras-chave: Reserva Particular do Patrimônio Natural. Turismo em Áreas Naturais. Reserva Natural Salto Morato.

ABSTRACT

Besides presenting a brief discussion about tourism in natural areas, introducing the reader to the types of use that can be made inside a Conservation Unit, especially with regard to Private Natural Heritage Reserves (RPPN), this PPGT sought to bring into its scope a reflection about the importance of knowledge of the experience lived from the tourist activity in the RPPNs, once, if well worked, ecotourism can bring innumerable benefits to the region in which it is inserted. Thus, the intent of the work was to identify new ways of planning management in these conservation areas, enriching the existing equipment and services offered in these environments. The area bounded for study was the RPPN Salto Morato Natural Reserve, in Guaraqueçaba, where tourism is already consolidated and there is a certain amount of online ratings. The way of evaluating the experience, in turn, was through the online reputation of the reservation, because it is a means of communication in which the visitor has their time voluntarily and thus exposes their opinion. This methodology is accompanied by the technique of content analysis from the ratings and comments of the chosen websites TripAdvisor and Facebook.com. In addition, the analysis of tourism equipment and services was made on an in loco visit to better validate the current situation, based on the assessment / inventory form of the tourism infrastructure, in a manner adapted to that proposed by the Ministry of Tourism (2011) as a reference. After verification of these aspects, it was possible to propose changes in the place: it was concluded that it is necessary an investment in human resources and improvements in the service of cafeteria in particular. In addition, the project also proposed new equipment and services from a tourist perspective to make better use of the infrastructure of the reserve, considering the improvement of the activities already carried out (hiking and birdwatching).

Keywords: Private Reserve of Natural Heritage. Tourism in Natural Areas. Salto Morato Natural Reserve.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - COMPARAÇÃO DISTRIBUIÇÃO INICIAL E FINAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - RBMA	34
FIGURA 2 - COMPARATIVO DE DADOS SOBRE AS RPPNS DO PARANÁ	36
FIGURA 3 - ATRAÇÕES NATURAIS DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO	39
FIGURA 4 - ACESSO À RESERVA	41
FIGURA 5 - CONDIÇÕES DAS ESTRADAS	54
FIGURA 6 - SINALIZAÇÃO EXTERNA	55
FIGURA 7 - SINALIZAÇÃO INTERNA	56
FIGURA 8 - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	57
FIGURA 9 - ESTRUTURA DE CAMPING E CENTRO DE VISITANTES	58
FIGURA 10 - PAINÉIS INFORMATIVOS AO LONGO DAS TRILHAS	59
FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ATRATIVOS DA RESERVA	60
FIGURA 12 - ESTACIONAMENTO E BICICLETÁRIO	61
FIGURA 13 - NUVEM DE PALAVRAS	68
FIGURA 14 – ESTRUTURA DE OBSERVAÇÃO DE AVES NO PARQUE NATURAL S'ALBUFERA DE MALLORCA	72

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE RPPNS POR BIOMAS	38
GRÁFICO 2 - HISTÓRICO DE VISITAÇÃO DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO	62
GRÁFICO 3 - PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO	63
GRÁFICO 4 - PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES COM BASE NAS AVALIAÇÕES DO TRIPADVISOR E FACEBOOK.COM (2015 A 2018)	65

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	21
QUADRO 2 - PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	23
QUADRO 3 - IMPACTOS NEGATIVOS DO ECOTURISMO EM ÁREAS NATURAIS	31
QUADRO 4 - LISTAGEM DE RPPNS DO LITORAL NO ÂMBITO FEDERAL	35
QUADRO 5 - LISTAGEM DE RPPNS DO LITORAL NO ÂMBITO ESTADUAL	36

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

RPPN	- Reserva Particular de Patrimônio Natural
UC	- Unidade de Conservação
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
RNSM	- Reserva Natural Salto Morato
ITR	- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	14
1.2 OBJETIVO GERAL	17
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
2 MARCO TEÓRICO	19
2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)	19
2.1.1. Diferenças entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável	21
2.2 RESERVA PARTICULAR DE PATRIMÔNIO NATURAL	24
2.3 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS E O ECOTURISMO	27
2.3.1 Impactos do uso turístico em áreas naturais	29
2.4 INTRODUÇÃO À ÁREA DE ESTUDO	33
2.4.1 O Paraná e o Litoral no Cenário Ecológico	34
2.4.2. Bioma Mata Atlântica	37
2.5 ASPECTOS DETERMINANTES DA QUALIDADE PERCEBIDA PELO VISITANTE EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA TURÍSTICA	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	53
4.1 INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DA RNSM	53
4.1.1. Acesso à RNSM e sinalização externa	53
4.1.2. Sinalização interna e equipamentos e serviços de apoio ao turista da RNSM	55
4.1.3. Trilhas da RNSM	58
4.1.4. Demais equipamentos turísticos	60
4.2 ASPECTOS DA VISITAÇÃO E PERFIL DO VISITANTES DA RNSM	61
4.3 REPUTAÇÃO <i>ONLINE</i> DA RNSM	66
4.4 BOAS PRÁTICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	70
5 PROJETO DE TURISMO	74
5.1. Aperfeiçoamento da lanchonete e recursos humanos	75
5.2 Aplicação de novas infraestruturas turísticas e minicurso para a prática de <i>birdwatching</i>	77
5.3 Prática de Caminhada Noturna	79
5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	80
5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto (com cronograma).	80
5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa	82
5.2.3 Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa	83

5.2.4 Avaliação do retorno do investimento	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89
ANEXO 1 – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	96

1 INTRODUÇÃO

O turismo, sendo considerado por vários órgãos de pesquisa como um dos ramos de atividade que mais cresce no mundo, contribuindo com a geração de emprego e renda para milhões de pessoas, configura-se como uma importante atividade econômica e um interessante aliado ao desenvolvimento de um país.

O ecoturismo, como segmento da atividade turística, também teve um crescimento significativo, principalmente pelo desejo do ser humano de estar mais conectado à ambientes naturais, ou pelo desejo de fuga de ambientes cotidianos e rotineiros, sendo que a maioria destas áreas de interesse do ecoturista encontram-se protegidas por Unidades de Conservação (UCs), como, por exemplo, áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Alguns autores, como Niefer (2002), acreditam que a visita a áreas naturais pode servir como grande ferramenta a fim de influenciar no processo de aprendizado dos turistas que procuram essas UCs. Neste cenário, atividades como educação ambiental, por exemplo, podem evitar os impactos gerados sobre essas áreas, revertendo a situação e ainda fazendo com que o visitante até mesmo contribua com a administração de tais áreas. Essa contribuição do turista pode ser incentivando ainda mais o apoio aos esforços de conservação que a propriedade já realiza, por valorizar e respeitar, ou, ainda, pelo aumento da renda das populações locais a partir da visitação da região (NIEFER, 2002), entre diversas maneiras.

Para que o desempenho da atividade turística retorne em impactos positivos, é relevante conhecer as características mais importantes de seus visitantes, do que é ofertado a este em relação aos serviços e equipamentos turísticos, bem como da percepção que este têm a partir das informações que recebe, sendo possível (re)elaborar estratégias de manejo e, assim, maximizar a experiência turística no espaço. E, mais ainda, avaliando se esta experiência está sendo efetiva nas diretrizes do ecoturismo, o qual preza pelo mínimo impacto ambiental.

O trabalho irá trazer informações em relação à utilização para fins turísticos das RPPNs do Litoral do estado do Paraná, onde foi possível identificar em pesquisa prévia que nesta região existem duas reservas que trabalham com a atividade turística de maneira oficial: a RPPN Salto Morato e a RPPN Reserva Ecológica Sebuí, ambas em Guaraqueçaba. Contudo, pelo fato da primeira ser a UC que tem a melhor infraestrutura para receber visitantes no Litoral do Paraná (FONSECA NETO,

2007) e estar mais consolidada turisticamente, optou-se por trabalhar somente com ela. No caso, o trabalho irá basear-se nesta reserva para melhor compreender de que forma o ecoturismo está sendo trabalhado e, a partir disso, servir de referência para as demais RPPNs que executam o ecoturismo, buscando a excelência neste segmento.

Entende-se que para prestar excelência, é preciso analisar as expectativas e os desejos dos visitantes em relação à demanda por estes ambientes. Ainda que o intuito das UC sejam em princípio o de preservação como foco, o objeto de estudo foi justamente em RPPNs turísticas uma vez que estas podem apresentar a proposta de visitação ao público por meio do ecoturismo, incentivando a educação do visitante em relação ao ambiente em que está conhecendo. Nesse sentido, deve-se analisar as opiniões dos respectivos turistas em relação ao espaço. O modo encontrado para esta análise de maior interesse para a pesquisa foi por vias tecnológicas através da reputação *online*.

O trabalho procurou, em decorrência disso, caracterizar a experiência turística do visitante a partir da reputação *online* e assim propor novidades em relação à infraestrutura turística da RPPN em questão. De tal maneira, é possível dar voz ao que o visitante está pensando e maximizar uma experiência para que seja agradável aos mesmos, além de incentivar ainda mais a propagação da educação ambiental e da interação com o meio ambiente de forma responsável.

Esta pesquisa teve como motivação contribuir para o entendimento das relações estabelecidas entre os visitantes e as áreas naturais com o intuito de aperfeiçoar o manejo em UCs de domínio particular em relação à suas atividades abertas ao público por meio do turismo.

Inserido dentro da região da Mata Atlântica, definiu-se como área de pesquisa um recorte da região litorânea do estado a fim de descobrir o que mais este território pode oferecer em relação à suas riquezas naturais e de que forma estão sendo administradas, identificando as que já possuem atividades para o devido fim e procurando averiguar melhorias para maximizar os efeitos positivos da atividade turística em ambientes naturais.

1.1 JUSTIFICATIVA

Os elementos que compõem a natureza representam profunda importância para nossa civilização e certamente devem ser preservados, sendo um direito estabelecido pela própria Constituição brasileira o que se refere à um ambiente ecologicamente equilibrado (SOUZA; CÔRTE; FERREIRA, 2012).

Diante disto, ressalta-se o caráter benéfico das UCs para a devida manutenção a longo prazo dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, como estratégia do poder público para garantir o referido direito. No presente estudo, buscou-se aprofundar especificamente o conhecimento no que diz respeito às RPPNs, uma das categorias de UC, que representam o engajamento da sociedade de forma voluntária na conservação da biodiversidade brasileira (SOUZA; CÔRTE; FERREIRA, 2012), por serem áreas privadas com sua criação feita a partir da iniciativa do proprietário (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, 2017).

Destaca-se, sobretudo, que no Brasil existem 12 categorias de UCs regulamentadas, sendo estas essenciais para a manutenção da biodiversidade e proteção do patrimônio ambiental brasileiro, dentre as quais: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna (REFAU); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (ReBio); Parque Nacional (PARNA); Monumental Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS).

Entretanto, para o PPGT aqui apresentado foi escolhido apenas uma categoria de UC a modo de restringir e facilitar a pesquisa, essa sendo a RPPN pelo fato de ser anunciada como a única de caráter exclusivamente particular e por ser uma das poucas que permite o uso público para atividade turística.

O turismo, então, também é apresentado como uma forma de contribuir com a conservação da natureza, pois esta atividade significa um instrumento de reaproximação do homem com o meio ambiente natural, de mesma forma importante para o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio ambiental, uma vez que o turismo em ambientes naturais, se bem planejado, consegue gerar benefícios tanto para os gestores, quanto para os turistas e para a comunidade local (BASTARZ, 2005).

Por fim, o estado do Paraná sai na frente por ser, depois de Minas Gerais, o estado com mais RPPNs registradas no país (AGÊNCIA BRASIL, 2018), além de ser

o segundo estado brasileiro a editar sua legislação específica sobre as RPPNs (LOUREIRO, MARTINEZ, 200-).

Já a região do Litoral do Paraná também merece seu destaque, pois abriga em seu território a RPPN Reserva Natural Salto Morato, em Guaraqueçaba, considerada Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco - a qual possui em seus limites uma enorme variedade e densidade de fauna e flora, equivalente a 20% do total listado no Paraná (MESQUITA; VIEIRA, 2004). Além dela, também pode ser citada a RPPN Reserva Natural Morro da Mina, com um viveiro de espécies vegetais nativas capaz de produzir 100.000 mudas por ano, sendo posteriormente utilizadas para o reflorestamento de áreas desmatadas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (MESQUITA; VIEIRA, 2004). Existem também outras RPPNs de interesse ambiental na região estudada, classificadas tanto em Estaduais como Federais, como a Reserva Ecológica Sebuí, Reserva Natural Serra do Itaqui e Reserva Natural Águas Belas, que além do benefício ambiental, arrecadam dinheiro que acaba sendo revertido para o desenvolvimento do município por meio do ICMS Ecológico (ICMS Ecológico, 2010).

Sobretudo, uma atenção também é dada para o bioma em que a região estudada está inserida, a Mata Atlântica, a qual é considerada um dos mais importantes conjuntos ecossistêmicos do planeta devido a sua rica biodiversidade, embora um dos mais ameaçados, sendo uma das prioridades para a conservação da biodiversidade e que se distribui por mais de 17 Estados brasileiros. Este é composto por uma série de espécies diversificadas, determinadas pela proximidade da costa, relevo, tipos de solo e regimes pluviométricos (BASTARZ, 2005).

Baseando-se nisso, entende-se que o turismo pode ser benéfico também para a conservação e recuperação de biomas, já que as UCs estão situadas nesse contexto, que por sua vez também são interesses do ecoturista, como visto anteriormente. Reforçando, ainda, que as atividades devem ser bem planejadas, para que de fato a qualidade da experiência vivenciada em conjunto com a educação ambiental sejam positivos, resultando em uma ampliação e maior facilidade para atingir a preservação que se deseja, tornando o deslocamento para o ambiente natural um momento de transformação do indivíduo.

Uma forma amplamente utilizada para verificar o grau de satisfação da experiência e qualidade da visita é através da reputação *online*, onde o cliente (ou no caso, o visitante) avalia os serviços oferecidos de maneira voluntária por meio

das redes sociais. A partir disso, torna-se mais fácil averiguar as possibilidades de aperfeiçoamento para melhor qualidade do ecoturismo e seus impactos positivos.

O problema de pesquisa procura identificar os problemas relacionados à infraestrutura turística e parte-se da seguinte indagação: Quais inovações em relação aos serviços e equipamentos turísticos poderiam ser implementadas na Reserva Natural Salto Morato a partir de sua reputação *online* para maximizar a experiência do visitante?

Por fim, os objetivos de uma pesquisa apresentam-se como ponto norteador que definirá por consequência as ações a serem realizadas durante um projeto. Portanto, são essenciais para que a conclusão do trabalho seja satisfatória.

1.2 OBJETIVO GERAL

Avaliar a experiência turística do visitante por meio da reputação *online* da Reserva Natural Salto Morato a fim de propor melhorias e inovações nos equipamentos e serviços existentes.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos, por conseguinte, serão: abordar um panorama geral sobre o cenário ecológico que o Litoral do Paraná dispõe ao longo de seu território; avaliar as medidas existentes para a proteção das RPPNs enquanto Unidades de Conservação, baseando-se na legislação que configura as áreas protegidas em questão; identificar os equipamentos e serviços turísticos existentes da RPPN Salto Morato; averiguar a situação atual da experiência de visitação na RPPN Salto Morato e de que forma pode ser aperfeiçoada; buscar modelos de boas práticas e exemplos de sucesso da exploração do turismo em Unidades de Conserva o; propor melhorias e inovações nos equipamentos e serviços existentes.

Portanto, identifica-se que a estrutura do trabalho será desenvolvida de modo a apresentar esta primeira se o que conteve a introdu o, onde são apresentados a justificativa da realiza o da pesquisa, bem como os objetivos gerais e específicos que a nortearam.

Em uma segunda seção, será realizado o levantamento de informações para revisão bibliográfica, sendo dividida em tópicos que abordarão temas relevantes que fundamentam o estudo, discorrendo sobre as Unidades de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); as atividades turísticas em áreas naturais e o ecoturismo; as Reservas Particulares de Patrimônio Natural; a ambientação à região de estudo, abordando sobre o litoral do Paraná, a Mata Atlântica e a Reserva Natural Salto Morato; bem como aspectos relacionados a qualidade percebida.

Na terceira seção, será apresentada a metodologia na qual se descreve o método da pesquisa e os procedimentos de campo, enquanto a seção quatro dará continuidade apresentando a análise dos resultados da pesquisa, com uma discussão acerca do que foi encontrado.

Já a seção cinco irá detalhar o que será trabalhado no projeto de turismo após os dados coletados. Por fim, a seção seis apresenta as conclusões finais sobre o andamento do trabalho, destacando as contribuições da pesquisa a partir dos dados coletados.

2 MARCO TEÓRICO

Na construção do referencial teórico identificam-se alguns dos autores que serão utilizados ao longo da pesquisa, como forma de embasar o estudo. O tema será dividido entre tópicos que irão abranger as Unidades de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); as Reservas Particulares do Patrimônio Natural; o Turismo em Áreas Naturais e o Ecoturismo, identificando alguns impactos relacionados à atividade; o Litoral do Paraná e a Reserva Natural Salto Morato, o bioma Mata Atlântica e a importância de sua preservação, além de introduzir o leitor sobre a relevância dos estudos acerca do perfil do visitante e a qualidade da experiência, verificando quais aspectos são determinantes para a qualidade percebida. Dessa forma, seguirá uma sequência lógica de apresentação, familiarizando o leitor ao tema estudado.

2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

As UCs são definidas como áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais, sendo "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público", de acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), onde estas possuem os "objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei" (art. 1º, I) (BRASIL, 2000).

De tal modo, estas têm a importante função de

Salvaguardar a representatividade de porções significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Além disso, garantem às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis ((O)Eco, 2013).

Esta lei, que está diretamente relacionada ao tema aqui trabalhado e não pode deixar de ser citada, regulamentou os incisos I, II, III e VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal de 1988, que tratam do meio ambiente, criando o SNUC. De

forma geral, as áreas naturais protegidas do Brasil são designadas de UCs e seus respectivos critérios e normas para sua devida criação, implantação e gestão, seguem o SNUC (FONSECA NETO, 2007).

Entende-se, então, que o SNUC é constituído pelo conjunto das UCs federais, estaduais e municipais, sendo composto por 12 categorias (MMA, 201-) e apresenta, dentre outros, os seguintes objetivos:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (BRASIL, 2000).

O responsável por executar as ações do SNUC, em nível federal, atualmente é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo formalizado a ele o poder de propor, implantar, proteger, gerir, monitorar e fiscalizar as UCs oficializadas pela União, segundo a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS, 2012). Ao ICMBio também é atribuída a função de fomentar e concretizar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, bem como é o órgão responsável por realizar o poder de polícia ambiental para a proteção dessas Unidades em nível federal (SPVS, 2012).

Concomitante à isso, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) compartilha a atribuição de polícia ambiental, no entanto também é responsável por executar as ações das políticas nacionais de meio ambiente, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, podendo autorizar o uso desses recursos e prestando fiscalização, monitoramento e controle ambiental, enquanto executa também as ações supletivas

de competência da União, em conformidade com a legislação ambiental vigente (SPVS, 2012).

Diante disso, o SNUC caracteriza as UCs dividindo-as entre dois grupos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. As principais diferenças entre os grupos serão detalhadas abaixo para melhor compreensão.

2.1.1. Diferenças entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável

De acordo com o regulamento sobre o SNUC (BRASIL, 2000), entende-se o uso de 'proteção integral' como a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”, sendo que as Unidades de Proteção Integral têm como principal objetivo o de proteção da natureza, com regras e normas mais restritivas, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais - sem que haja consumo, coleta ou possíveis danos aos recursos naturais, com exceção dos casos previstos pela própria Lei. Neste grupo, são categorizadas as seguintes UCs: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de vida silvestre (BRASIL, 2000).

A partir do Quadro 1, pode-se visualizar as principais diferenças entre as Unidades de Proteção Integral comentadas:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

	Estação Ecológica	Reserva Biológica	Monumento Natural	Parque Nacional	Refúgio de vida Silvestre
Objetivos principais além da conservação	Pesquisa	Pesquisa e educação	Conservação da beleza cênica, pesquisa e educação	Pesquisa, educação e turismo ecológico	Pesquisa e educação
Processo de criação normalmente iniciado por	Governo	Governo	Governo	Governo	Governo
Posse de terras	Pública	Pública	Pública e privada	Pública	Pública
Compatível	Não	Não	Sim	Não	Não

com presença de moradores					
---------------------------	--	--	--	--	--

FONTE: Ferraz, adaptado (2016).

Percebe-se, então, que neste grupo de UCs somente a de Monumento Natural possibilita o domínio tanto privado como de posse pública, enquanto nas demais fica restrito a sua administração por parte pública. Esta categoria, por sua vez, também é a única que promove a possibilidade de existir a presença de moradores em suas áreas, enquanto nas demais não é permitido. Por fim, a visitação nestas categorias de Proteção Integral somente é permitida se for para pesquisa e/ou para educação, ficando banido o acesso para demais visitantes ou, no caso do Parque Nacional, sendo a única em que é permitido o turismo ecológico.

Já as Unidades de Uso Sustentável podem ser definidas, de acordo com o documento que rege o SNUC (BRASIL, 2000), como áreas que contemplam a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”. Ou seja, áreas com o objetivo de conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, com a diferença, então, que estas podem envolver coleta e uso dos recursos naturais, desde que de acordo com o regulamentado pela Lei.

Nesse sentido, encaixam-se no grupo das UCs de Uso Sustentável: Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista, Área de Preservação Ambiental e a Reserva Particular de Patrimônio Natural. Baseando-se no que tange a regulamentação dessas áreas (BRASIL, 2000) podemos ter a definição de cada uma e a partir disso identificam-se as principais diferenças de cada unidade, melhor representadas a partir do Quadro 2:

QUADRO 2 - PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

	Floresta	Reserva Extrativista	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Reserva de Fauna
Objetivos principais além da conservação	pesquisa e produção de madeireiros e não madeireiros de espécies nativas	proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos	proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos	pesquisas técnico-científicas sobre manejo das espécies
Processo de criação normalmente iniciado por	governo	comunidade	governo	governo
Posse de terras	pública com concessão de real de uso para a comunidade	pública com concessão de real de uso para a comunidade	pública com concessão de real de uso para a comunidade e privada	pública
Compatível com presença de moradores	sim, populações tradicionais	sim, populações tradicionais	sim, populações tradicionais	sim
Conselho gestor	consultivo	deliberativo	deliberativo	não há restrições, usualmente consultivo

	Área de Relevante Interesse Ecológico	Área Proteção Ambiental	RPPN
Objetivos principais além da conservação	conservação de relevância regional, normalmente áreas com baixa ocupação humana	ordenamento territorial, normalmente áreas com ocupação humana consolidada	pesquisa, educação e ecoturismo
Processo de criação normalmente iniciado por	Governo	Governo	Proprietário
Posse de terras	pública e privada	pública e privada	Privada
Compatível com presença de moradores	Sim	Sim	Não
Conselho gestor	não há restrições, usualmente consultivo	não há restrições, usualmente consultivo	não há, mas em caso de serem localizadas em mosaico de áreas protegidas, o proprietário tem direito a uma cadeira no Conselho do mesmo

FONTE: Ferraz (2016).

Com isso, nota-se que nas Unidades de Uso Sustentável a iniciativa do processo de criação costuma ser por meio do governo, com exceção da Reserva Extrativista (iniciada a partir da comunidade), e da RPPN (por iniciativa do proprietário). Nestes espaços, percebe-se que o uso das terras costuma ser voltado à proteção e conservação de modo gera, bem como pesquisa e educação – sendo a RPPN a única desta modalidade de UC que permite o ecoturismo.

Dentre estes grupos de UCs, foi escolhida, então, a categoria em específico que é a RPPN, por ser indicada como a única de caráter exclusivamente privado e

uma das poucas que permite o turismo ecológico, que será melhor introduzida a seguir.

2.2 RESERVA PARTICULAR DE PATRIMÔNIO NATURAL

Integrando o SNUC, uma RPPN é definida de acordo com a Lei 9.985/2000 em seu art. 21, como um espaço natural protegido (rural ou urbano), instituído em área privada, por intenção voluntária do proprietário, “gravado em perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica” (BRASIL, 2000).

Para Leuzinger (2003, p. 1), “esta é uma Categoria de Unidade de Conservação singular, inovadora, com características próprias que a diferenciam de todas as outras”. O autor pontua dessa maneira pelo fato de tratar-se de uma UC diferente das demais, justamente por ser uma propriedade privada, de domínio a partir de um proprietário, pessoa física ou jurídica, ou seja, de modo que a vontade é deste sujeito de transformá-la em UC, fundamentando-se a partir das seguintes condições: sua formação ser de interesse público, em conformidade com os termos do § 1º do art. 21 da Lei nº 9.985/2000, constando o termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental e ser a área gravada com perpetuidade, com averbação na inscrição no Registro Público de Imóveis.

De tal forma, a Lei 9.985/2000, comumente chamada Lei do SNUC, especifica no § 2º do art. 21 que para a conservação da diversidade biológica só será permitida, em seu interior, a pesquisa científica (inc. I) e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (inc. II do § 2º). Ou seja, nesse artigo em específico percebe-se a importância da legislação brasileira para que se possa regulamentar práticas como o ecoturismo, haja vista que, muitas vezes, a RPPN pode ser utilizada para tal fim, como é o caso da reserva pesquisada para o presente trabalho.

Em todo caso, deixa-se claro que não necessariamente o proprietário precisa abri-la ao público ou aos pesquisadores, optando somente por garantir a proteção da área - inclusive, várias são manejadas desta maneira, conforme indicam Mesquita e Vieira (2004). Contudo, segundo os autores, é recomendável que ao menos sejam realizadas algumas ações de educação ambiental com os vizinhos e a comunidade do entorno, com o intuito de se garantir a proteção da área e diminuir os problemas com queimadas, caça e extrativismo.

Considerando a existente burocracia para a criação de uma RPPN, ressalta-se, sobretudo, que uma vez averbado o direito às terras para o proprietário de determinada RPPN, este registro é de forma perpétua e “com eficácia perante terceiros, não podendo ser desrespeitados por nenhum sucessor, seja por venda do imóvel ou herança” (MELO; MACHADO, 2015, p. 19).

Por conta da dificuldade de registro e do peso de ser de forma perpétua, é necessário pensar com calma no caso de interesse em ter a sua própria RPPN. Caso o proprietário tenha como propósito já no início a utilização para o turismo, Mesquita e Vieira (2004) pontuam que, para atividades de ecoturismo, é importante ter em mente que é algo que exige planejamento, investimentos e boa capacidade de gestão, sendo mais recomendado para as reservas que já estejam localizadas em regiões de forte apelo turístico.

Mas, sem dúvida uma das maiores vantagens para quem cria uma RPPN é o que se refere à isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) conforme a área declarada, como também é possível que se receba ajuda no financiamento para a manutenção da reserva caso encaminhe projetos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, com incentivo por meio de organizações da sociedade civil, fundações ou órgãos públicos (MESQUITA; VIEIRA, 2004).

Ainda de acordo com os autores, têm-se a informação de que diversas organizações ambientalistas possuem programas de apoio às RPPN, contribuindo com a doação de recursos para projetos e atividades de pesquisa, ecoturismo e educação ambiental, sendo um dos exemplos citados a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (MESQUITA; VIEIRA, 2004), administradora da reserva estudada no presente trabalho, a Reserva Natural Salto Morato. Mesquita e Vieira (2004) pontuam também que no caso de pesquisas, que geralmente são caras e exigem especialização, é possível que o proprietário realize convênios com universidades ou organizações ambientalistas para que então se possa conhecer melhor a fauna e flora de sua RPPN.

Em sua legislação, declara-se também que os órgãos integrantes do SNUC devem prestar orientação técnica e científica ao proprietário da Reserva, sempre que possível e oportuno, para que a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade seja feito.

Nesse sentido, ainda que o dono da terra continue sendo o proprietário de forma perpétua, conforme ressaltam Mesquita e Vieira (2004), nas RPPNs este

indivíduo pode contar com o apoio do IBAMA e dos órgãos de meio ambiente, bem como das entidades ambientalistas no planejamento do uso, na manutenção e na proteção da área dessas propriedades. Além disso, outras formas de incentivo para a criação dessas reservas são propiciadas pelo governo, como o ICMS Ecológico, e em nível estadual, no Paraná, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

O ICMS Ecológico, por sua vez, foi criado como forma de incentivar a criação desse tipo de área de preservação, sendo um instrumento de apoio muito importante, o qual remunera os municípios que possuem áreas de mata nativa protegidas por lei e em bom estado de preservação, sendo o Paraná o primeiro estado no País a iniciar esse incentivo (PARANÁ, 2017).

Este programa foi criado em 1991 com o objetivo de repassar recursos para as cidades que possuem e mantêm as suas áreas de mata nativa ou de mananciais bem preservadas, incluindo plano de manejo, investimentos e melhorias para a recuperação ambiental. Apenas no Estado do Paraná, por exemplo, 5% do total do ICMS arrecadado é destinado aos municípios proporcionalmente, em função do tamanho, importância, grau de investimento na área, manancial de captação (PARANÁ, 2017).

E, em nível estadual, torna-se importante ressaltar que medidas legislativas para incentivo das UCs também foram elaboradas, a partir da criação do SEUC, configurado como o conjunto das unidades existentes no território paranaense e integrando-se às demais áreas naturais protegidas pela Rede Estadual da Biodiversidade, formatando o Sistema Estadual da Biodiversidade (PARANÁ, 201-).

Diante disso, cabe ressaltar quem são os responsáveis pela administração das UCs em cada esfera. Em nível federal, como comentado anteriormente, ficam nomeados o ICMBio e o IBAMA para suas respectivas funções. No Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) é quem possui a responsabilidade da organização e manutenção desse sistema, além da participação por meio de convênio na administração de UC de domínio dos municípios ou da União (PARANÁ, 201-). Ou seja, é o órgão responsável por cumprir a legislação ambiental, exercendo o poder de polícia administrativa, bem como o de controle, licenciamento e fiscalização e, dentre outras, tem a atribuição de “executar e fazer executar a recuperação florestal de áreas de preservação permanente degradadas e de unidades de conservação, diretamente ou através de convênios e consórcios; e

definir a política Florestal do estado”, respeitando os aspectos socioeconômicos e ecológicos (SPVS, 2012).

Por fim, torna-se importante introduzir o leitor sobre a atuação do turismo em meio à estas áreas de proteção ambiental.

2.3 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS E O ECOTURISMO

Aqui pretende-se compreender o que abrange o turismo e suas atividades especificamente nas áreas naturais, verificando como tem sido trabalhado ao longo dos anos.

O turismo em áreas naturais tem sua ocorrência em especial no que tange às Áreas Protegidas (áreas que englobam as UCs), sendo o primeiro destino eco turístico procurado pelos fluxos nacionais e internacionais, principalmente nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, nas Florestas Nacionais, e nas Áreas de Proteção Ambiental, de acordo com divulgação feita das UCs mais visitadas divulgada pelo Instituto Chico Mendes em 2017 (ICMBIO, 2017).

Ao identificar um breve histórico no surgimento do turismo em áreas naturais no mundo, um fato que parece consenso entre os autores que abordam sobre o tema é que a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872 nos Estados Unidos, foi um passo representativo para o turismo sob novas perspectivas, que envolviam o turismo ao ar livre, com interesses pela natureza e na contemplação de paisagens, abrindo espaço para a conscientização e não mais somente no turismo de massa. Desde então, este fato serviu de modelo a muitas outras criações de Áreas Protegidas e estas vêm se consolidando como mais frequente instrumento para a proteção da paisagem e da biodiversidade (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, s.d.).

De acordo com Santos Junior e Pires (2008), a partir dessa época o turismo em áreas naturais vem se desenvolvendo atrelado ao aumento da preocupação com as questões ambientais e termos como “desenvolvimento sustentável” começaram a ser utilizados em várias pesquisas, artigos e relatos, e o “ecoturismo” passa a ser considerado a modalidade mais próxima dos interesses do desenvolvimento sustentável.

Em conformidade com a Organização Mundial de Turismo (2003), o conceito de ecoturismo deve ser relacionado à preocupação com a conservação do meio

ambiente e com a diversidade biológica, onde ações de educação ambiental junto aos turistas recebem seu destaque.

A partir disso, o turismo em áreas naturais é frequentemente relacionado ao rótulo de ecoturismo, até mesmo em UCs mais restritivas, conforme salientam Santos Junior e Pires (2008), sendo a utilização do termo ecoturismo também ligada ao forte apelo comercial que esse segmento pode trazer aos turistas. Ainda assim, conclui-se que o ecoturismo usa os recursos naturais de maneira indireta e pode contribuir com a conservação do ambiente, estimulando o uso de seus espaços de forma consciente e responsável (KINKER, 2002), onde a entrada de visitantes nas UCs pode favorecer a administração dessas áreas pelo fato de serem fortes aliados na conservação dos recursos naturais (NIEFER, 2002).

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008), um dos motivos para a busca do ecoturismo é reflexo do convívio em grandes cidades, onde, cansado disso, o indivíduo acaba buscando por paisagens bucólicas, diferentes e envolvidas com o meio ambiente para que seja possível que o cidadão se restabeleça físico e emocionalmente. Portanto, embora o significado do termo seja pautado por diferentes autores de diferentes maneiras, o ecoturismo em sua essência parece ter como premissa devolver ao ser humano a relação com a natureza de forma positiva, sendo a atividade de ecoturismo definida pelo Ministério do Turismo como:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 2004, p. 19).

Além disso, ele deve estar pautado, segundo Kinker (1999), em três conceitos fundamentais: desenvolvimento regional, com um trabalho direto com as comunidades locais; despertar no visitante para consciência ambientalista, por meio do contato direto com a natureza, facilitando na sua interpretação e percepção ambiental; e renda gerada pelo turismo, que pode servir como base para arrecadar recursos para aplicar em melhorias na própria área natural.

Sendo assim, é de fundamental importância que os responsáveis pelas áreas de UCs, um dos tipos de Áreas Protegidas, tenham conhecimento das características dos indivíduos que a visitam e das atividades praticadas nessas áreas, permitindo desenvolver estratégias capazes de melhorar o nível da

experiência do visitante (NIEFER, 2002) e dos impactos positivos que o segmento do ecoturismo pode gerar para uma comunidade. Em relação aos impactos, apresenta-se uma análise de quais podem ser estes, sendo positivos ou negativos, para se compreender como ampliar o manejo nestas áreas de forma responsável.

2.3.1 Impactos do uso turístico em áreas naturais

Não menos importante, o tópico aqui apresentado sugere a realização de uma análise referente aos impactos do turismo, especialmente no que diz respeito aos impactos da atividade turística em áreas naturais.

Por se tratar de um desenvolvimento rápido e a mão de obra local ser necessária em grande demanda, o turismo, de fato, é apresentado como um importante propulsor de desenvolvimento, mas também de profundas modificações na localidade em que se insere, conforme aponta Swarbrooke (2000). Por este motivo, percebe-se que quanto maior o número de turistas, maior também serão seus efeitos, benignos ou malignos, que este setor pode ocasionar no âmbito natural e sociocultural onde ocorre (WALL, 1997; RÁBAGO & REVVAH, 2000). É justamente acerca dessas reflexões que este tópico procura trazer ao leitor.

Como salienta Fonseca Neto (2007, p. 23), o turismo se bem planejado e desenvolvido pode sim trazer amplos benefícios às comunidades anfitriãs, seja economicamente ou nos níveis socioculturais e naturais. Entretanto, conforme o autor, a promoção do ecoturismo em UCs traz à tona inúmeras questões, principalmente por criar problemas ao estar submetida à um rápido crescimento.

Conforme Belestsky (1998), para os indivíduos que acompanham e monitoram o turismo e seu crescimento, é questionado sobre o fato dos benefícios da atividade serem supervalorizados e os problemas ignorados, devido à ânsia de se fazer dinheiro com o ecoturismo, acreditando assim que os responsáveis pelas atividades podem estar mais interessados nos ganhos econômicos do que com os benefícios da conservação. Ceballos-Lascurain (1998) questiona também sobre os responsáveis pelo atrativo poderem acabar querendo providenciar um desenvolvimento inadequado da região a partir da grande demanda de visitação, como por exemplo com a abertura de estradas ou construções de hotéis - que, embora por um lado traga benefícios à receita, por outro, querendo ou não, afetam os recursos naturais. Ou seja, até que ponto é aceitável e produtivo?

Além disso, Wall (1993) complementa que a biodiversidade de muitas UCs é considerada frágil a perturbações, dessa forma, situam-se em regiões remotas de grande importância para a conservação por estarem pouco degradadas. Enquanto isso, vários turistas que querem viajar para lugares mais exóticos consideram estas áreas atrativas, justamente por estarem em lugares remotos. Também é possível concluir, a partir dos pensamentos de Wearing e Neil (2002), que muitas dessas áreas carecem de infraestrutura e planos de manejo ou recursos de maneira adequada para atender o aumento do fluxo de turistas.

Brandon (1996) ressalta, então, a importância de os gestores saberem diferenciar o ecoturismo do turismo convencional, ainda mais nos casos em que a UC for estabelecida com o intuito de proteger uma espécie em específico ou algum recurso natural valioso. Esta diferenciação é mencionada por Fonseca Neto (2007, p. 48) sugerindo que deve ser feita, inicialmente, pelo número de participantes da operação, que segundo o mesmo deve ser pequeno, enquanto a frequência de atividade também deve ser limitada para que não seja afetado “o solo, a água, a flora e fauna, o ar, a comunidade, os atrativos, a economia e a qualidade da visita”, impactos estes causados pelo turismo convencional.

Como pode ser visto no quadro abaixo, são pontuados aqui alguns dos pontos negativos indicados por Rodrigues (2003) sobre a visitação do ecoturismo em áreas naturais de forma geral.

QUADRO 3 - IMPACTOS NEGATIVOS DO ECOTURISMO EM ÁREAS NATURAIS

- a) Alteração irreversível da paisagem natural, como desmatamentos, cortes e aterros, desmonte de morros, a erosão, desmonte de dunas, alterações na drenagem, represamentos e assoreamentos que alteram o perfil de equilíbrio dos cursos de água;
- b) Construções não condizentes com o entorno, funcionando como elemento de intrusão visual negativo que funcionam como detratores da paisagem, interferindo quase de forma irreversível na qualidade visual da mesma;
- c) Problemas com os resíduos sólidos que muitas vezes são depositados aleatoriamente produzindo lixões, que além de serem grandes detratores visuais, produzem chorume, que pode percolar e contaminar irreversivelmente o lençol freático ou ser carregado pelas águas superficiais, contaminando cursos d'água (vale lembrar que 76% dos municípios brasileiros o lixo é jogado em lixões);
- d) Esgoto domiciliar e de outra natureza (hoteleiro, comercial, industrial) lançado in natura em fossas negras;
- e) Poluição visual causada por placas indicativas não apropriadas ou por cartazes publicitários muitas vezes fixados em árvores;
- f) Poluição sonora causada pelo tráfego terrestre, por grupos de turistas ruidosos, por ruídos de geradores;
- g) Compactação do solo pelo pisoteio em trilhas não monitoradas; abertura de trilhas secundárias;
- h) Assentamentos ilegais – gravíssimo em áreas à beira de rios, lagos e lagoas, cachoeiras ou sobre palafitas sobre espelho d'água;
- i) Uso indiscriminado de fontes de energia, onde a água é um recurso finito;
- j) Alteração do habitat natural de muitas espécies da fauna e da flora, através de queimadas e desmatamentos, provocando a diminuição da biodiversidade;
- k) A fauna também pode ser afetada pela captura intencional para a venda direta aos turista ou para o tráfico de animais;
- l) Ausência de planos de manejo, ou os existentes com base científica inconsistente e não respeitados mesmo que sejam apropriados;
- m) Desrespeito total à capacidade de carga natural, principalmente em ecossistemas de grande fragilidade;
- n) Montagem de equipamentos não adequados para acessos e mirantes para observação de vales, planícies, cachoeiras, cavernas e grutas;
- o) Interferência nos ritmos da comunidade anfitriã, alterando seus costumes e preferências.

FONTE: Rodrigues (2003).

Isto posto, frisa-se que para que o ecoturismo seja efetivamente uma estratégia de conservação para uma UC, é de fundamental importância a atenção para o seu planejamento, manejo e operação (FONSECA NETO, 2007). De acordo com Fonseca Neto (2007), para que ocorra visitação nas reservas, deve existir um programa de visitação feito a partir dos objetivos determinados para a área, em locais onde os impactos possam ser monitorados e assim contemple as múltiplas intenções de uso da UC, uma vez que não se pode selecionar quem deve ou não visitar a áreas. Neste programa, deve-se incluir, conforme salienta Fonseca Neto (2007, p. 50), "palestras, visitas aos atrativos por trilhas guiadas ou autoguiadas, contatos com pesquisadores, centros de visitação (se houver) com mapas e animais

taxidermizados e vestígios da presença de fauna, material informativo sobre o local”, e demais informações necessárias para um bom funcionamento.

Mais do que isso, é importante que um programa bem elaborado deve conter em sua estratégia algo que faça com que o ecoturista possua um papel mais ativo no lugar de um papel passivo, substituindo a presença baseada apenas na observação do ambiente natural para uma atitude onde as atividades do ecoturista passem a contribuir com a saúde e a viabilidade do ambiente visitado (ORANS, 1995b *apud* FONSECA NETO, 2007). Assim, conclui-se que a partir de um programa elaborado dessa forma, o visitante poderá ter uma experiência significativa e com participação direta no manejo destas áreas, contribuindo com a limpeza do local, recuperação da infraestrutura, auxílio à comunidade por meio de obras sociais (como arrecadação de agasalhos, alimentos, etc.), auxílio em projetos e outros (FONSECA NETO, 2007).

Basicamente, o SNUC estabelece que a UC que permite visitação ao público deve obrigatoriamente apresentar um plano de manejo, embora existam diversos parques em que esse tipo de atividade já era realizado anteriormente à UC ser criada, dando continuidade na atividade nos espaços que já eram frequentados (ICMBio, 2011). Se este for o caso, algumas recomendações são feitas pelo órgão federal de preservação Instituto Chico Mendes, nas quais os gestores devem seguir para mitigar os impactos da visitação até o momento em que o plano de manejo seja feito, sem que haja interrupção da visitação.

Para que estes impactos sejam minimizados, é importante considerar a educação e a interpretação ambiental, de maneira que seja interativa e atraente, conforme indicado pelo Instituto Chico Mendes (2011). Para tanto, o SNUC defende a implantação do Plano de Manejo como elemento norteador da administração de uma RPPN, sendo este um documento técnico mediante o qual se estabelece os objetivos, o zoneamento e as normas que devem seguir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluindo a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da RPPN, detalhando o planejamento de ações e medidas que resultam no manejo adequado da área, indicando “o que”, “o como” e “o quando” fazer (ICMBio, 2011).

No entanto, vale lembrar que há uma certa dificuldade em avaliar impactos produzidos pelo turismo, já que não há exatamente um método estruturado ou apropriado para a interdisciplinaridade da atividade turística, conforme lembra a

Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, através do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS (BRASIL, 2011). Mesmo assim, há maneiras de mencionar os impactos que não são unicamente produzidos pela atividade, mas que estão diretamente relacionados com práticas do turismo.

Alguns dos impactos positivos podem ser ressaltados pela prática da atividade turística em áreas naturais, conforme indicado pelo PDITS (BRASIL, 2011, p. 164), ressaltando ainda sobre os impactos no litoral do Paraná, dentre eles: “valorização do meio ambiente enquanto bem público”; “possibilidade de alternativas de desenvolvimento em áreas de diversidade biológica, paisagística e cultural”; “restrições impostas à ocupação/utilização das áreas delimitadas como de proteção ambiental”; “avanços na educação ambiental”, etc.

Além disso, no caso do Paraná, o mesmo documento revela o desenvolvimento do turismo no estado é considerado um corredor turístico de interesse estadual, e seu desenvolvimento depende em grande parte da conservação dos atrativos naturais.

Adquirindo estes conhecimentos, podemos analisar de que forma o ecoturismo está sendo trabalhado na região delimitada para a pesquisa, iniciando com um panorama geral sobre a região do Litoral, bem como sobre o bioma à qual pertence, para então abordar sobre a RPPN estudada.

2.4 INTRODUÇÃO À ÁREA DE ESTUDO

Os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná compõem a região do litoral do Paraná com uma área física de 6.057 km² (SANTOS, 2013).

O turismo no Litoral do Paraná apresenta um bom desempenho devido à sua oferta turística diversificada, que conta com atrativos, serviços, equipamentos e uma ampla infraestrutura de apoio, possibilitando a realização de diversos tipos da atividade turística a serem desenvolvidos, incluindo o ecoturismo (FONSECA NETO, 2007).

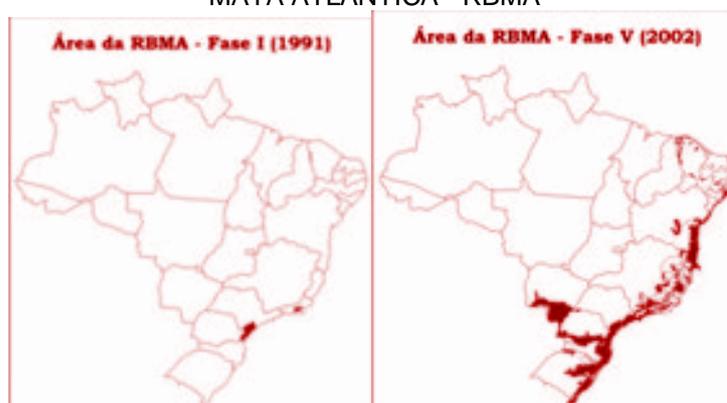
De acordo com Fonseca Neto (2007, p. 14), o Litoral se destaca frente às demais regiões turísticas do estado, tanto por ser o berço do turismo paranaense, quanto pelo fato de “todos os municípios presentes ou são considerados Municípios Turísticos (Morretes, Guaraqueçaba e Paranaguá) ou então municípios de Potencial

Turístico (Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos e Pontal do Paraná)” - onde a Serra do Mar, as cidades históricas e as praias tornam-se os principais atrativos turísticos da região. Por esse motivo, o Paraná e o seu litoral ganham bastante destaque no cenário ecológico.

2.4.1 O Paraná e o Litoral no Cenário Ecológico

Em 1991, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) anunciou a criação de uma UC, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a qual foi feita em seis fases sucessivas entre 1991 e 2008 e, logo em sua primeira fase, tinha apenas algumas áreas de proteção isoladas que incluíam os estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Atualmente ela inclui praticamente toda a área da Floresta Atlântica no Brasil e é tida como a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com 78 mil ha, sendo 62 mil ha em áreas terrestres e 16 mil ha em áreas marinhas, e, por conseguinte, a importância da Região do litoral brasileiro passou a ser reconhecida internacionalmente (RODRIGUES, 2013), já que o início deste projeto começou em grande parte na região em questão. Já em 1999, a UNESCO declara, particularmente, a região do litoral paranaense como Patrimônio Mundial da Natureza (SANTOS, 2013), com enorme importância desde o início desse projeto.

FIGURA 1 - COMPARAÇÃO DISTRIBUIÇÃO INICIAL E FINAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - RBMA



FONTE: RMBA (201-).

De modo geral, o Governo do Paraná vem, desde 2011, ampliando a proteção de mata nativa, ao incorporar mais de 10,7 mil hectares em áreas de preservação, incluindo a criação de 26 Unidades de Conservação de diferentes

categorias e a ampliação de cinco outras, recategorizadas ou regularizadas (PARANÁ, 2017). Dentro desse contexto, apenas no Litoral, em Paranaguá, foram ampliados 4,65 mil hectares de Área de Proteção Ambiental da Mata Atlântica, a partir de dois decretos criados em junho de 2017, além de 21 RPPNs criadas neste período distribuídas pelo estado (PARANÁ, 2017). Esses são alguns avanços em relação à ampliação do cuidado com as UCs no estado ao longo dos anos.

Sobre a categoria de UC que interessa ao trabalho, a RPPN, o IAP em sua atualização oficial mais recente informa que o estado do Paraná conta com 259 RPPNs cadastradas e averbadas oficialmente, conforme determina o Decreto Federal 5.746 de 05 de abril de 2006 e Decreto Estadual 1.529 de 02 de outubro de 2007, obtendo um total de 54.046,761 hectares de área conservada, distribuídas por 98 municípios.

Nesse contexto, percebem-se 227 RPPNs reconhecidas em âmbito de governo estadual, somando 45.639,8828 hectares, distribuídas em 96 Municípios do estado do Paraná.

No âmbito federal, constam 15 RPPNs reconhecidas no estado pelo ICMBio, somando 7.978,58 hectares distribuídas em 11 Municípios do Estado do Paraná, das quais 5 estão na região do Litoral, incluindo a RPPN Salto Morato.

QUADRO 4 - LISTAGEM DE RPPNS DO LITORAL NO ÂMBITO FEDERAL

Ano de Criação	Portaria	Área (ha)	Denominação	Regional IAP	Município	Nome do Proprietário
1994	132/94	819,18	RPPN Federal Reserva Natural Salto Morato	Litoral	Guaraqueçaba	Fundação Grupo Boticário de Proteção à
2000	99/99-N	400,78	RPPN Federal Reserva Ecológica de Sebui	Litoral	Guaraqueçaba	Gaia Operadora de Ecoturismo S/C Ltda
2002	49/02	28,84	RPPN Sítio Bananal	Litoral	Morretes	Jorge Ramon Araújo
2010	53/10	18,55	RPPN Perna do Pirata	Litoral	Morretes	Antonio Humberto Nobre
2011	89/11	17,33	RPPN Pousada Graciosa	Litoral	Morretes	Mirian Loveda Silva

FONTE: IAP (2017).

No Litoral também encontram-se 8 RPPNs averbadas como Estaduais, nomeadas e localizadas conforme Quadro 5.

QUADRO 5 - LISTAGEM DE RPPNS DO LITORAL NO ÂMBITO ESTADUAL

Ano de Criação	Portaria IAP/GP	Área (ha)	Denominação	Regional IAP	Município
2003	46/03	1.336,19	RPPN Reserva Natural Morro da Mina	Litoral	Antonina
2004	184/04	508,20	RPPN Reserva Natural Águas Belas	Litoral	Antonina
2007	161/07	21,50	RPPN Vô Borges	Litoral	Morretes
2007	159/07	4.292,88	RPPN Reserva Natural Rio Cachoeira	Litoral	Antonina
2007	157/07	3.526,87	RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui	Litoral	Guaraqueçaba
2007	160/07	392,37	RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui 1	Litoral	Guaraqueçaba
2011	58/11	400,27	RPPN Reserva Natural Fazenda Santa Maria	Litoral	Antonina
2011	59/11	984,93	RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui II	Litoral	Guaraqueçaba

FONTE: IAP (2017).

Além disso, há 15 RPPNs em nível municipal. Contudo, por serem em Curitiba, não são relevantes ao trabalho por não estarem inseridas na região do Litoral.

Nota-se, sobretudo, que a região do Litoral do Paraná recebe seu destaque por possuir em seu território:

FIGURA 2 - COMPARATIVO DE DADOS SOBRE AS RPPNS DO PARANÁ

Maior e Menor RPPN

- Maior área Âmbito Estadual - RPPN Estadual Reserva Natural Rio Cachoeira com 4.292,88 ha – Município de Antonina.

Proprietários com mais RPPN criadas

- SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, com 7 RPPN sendo 03 em Guaraqueçaba, 04 em Antonina com parte de uma delas em Morretes;

Proprietário com maior área (ha) de RPPN criada

- SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Silvestre e Educação Ambiental, com 7 RPPN perfazendo 11.441,21 ha, localizadas nos Municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Morretes, sendo:

1. RPPN Estadual Reserva Natural Morro da Mina (1.336,19 ha);
2. RPPN Estadual Reserva Natural Águas Belas (508,20 ha);
3. RPPN Estadual Reserva Natural do Rio Cachoeira (4.292,88 ha);
4. RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui (3.526,37 ha); e
5. RPPN Estadual Reserva Natural Serra do Itaqui I (392,37 ha).
6. RPPN Reserva Natural Fazenda Santa Maria (400,27 ha).
7. RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui II (984,93 ha).

Municípios com o maior área (ha) de RPPN criada

- Antonina com 6.537,54 ha; e
- Guaraqueçaba com 6.123,63 ha.

FONTE: IAP (2017).

A partir destas informações, constata-se que as RPPNs que são hoje registradas pelo IAP e estão inseridas na área do Litoral do Paraná especificamente, encontram-se localizadas apenas nas cidades de Guaraqueçaba, Antonina e Morretes. E, conforme comentado anteriormente, entre essas existem duas que praticam atividade turística: a RPPN Salto Morato e a RPPN Ecológica Sebuí, ambas em Guaraqueçaba, integrando ao bioma Mata Atlântica.

2.4.2. Bioma Mata Atlântica

A separação das regiões ecossistêmicas em biomas brasileiros é importante para a proteção e controle das determinadas características marcantes dessas localidades, no sentido de que a organização para a devida manutenção se dá de maneira facilitada e corresponde às características específicas de cada região.

Do bioma Mata Atlântica, o qual é itinerante do objeto de estudo, estima-se que restam apenas 8,5% de sua cobertura original mais preservada, de acordo com Melo e Machado (2015), sendo que aproximadamente 80% dos remanescentes florestais encontram-se sob cuidados de proprietários privados. De fato, isto evidencia a importância das RPPNs no que diz respeito à proteção da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos, conforme concluem Melo e Machado (2015).

Ainda que a devastação desse bioma seja acentuada, a Mata Atlântica ainda contém uma parcela significativa da diversidade biológica do Brasil, com altos níveis de espécies que só ocorrem nessa área (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1999). Seu clima é equatorial ao norte e quente temperado ao sul, apresentando temperaturas médias elevadas durante o ano todo (BASTARZ, 2005), sendo essas características responsáveis pela evolução de um rico complexo biótico de natureza florestal (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1999).

A Mata Atlântica configura-se como abrigo para várias populações tradicionais e garante o abastecimento de água para mais de 120 milhões de brasileiros, com remanescentes que regulam o fluxo dos mananciais hídricos, além de controlar o clima, assegurar a fertilidade do solo, proteger escarpas e encostas das serras, bem como representam a preservação de um rico patrimônio histórico e cultural (BASTARZ, 2005). Além de tudo, estar de encontro com a Mata Atlântica

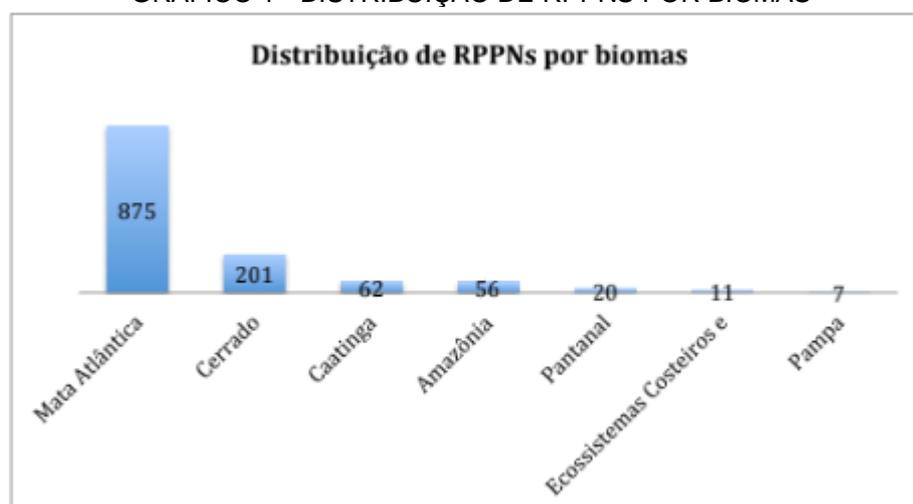
significa vislumbrar de belas paisagens que são paraísos tropicais, sendo sua proteção essencial para o desenvolvimento do ecoturismo (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE MORRETES, 2005).

Sobre o ecoturismo e sua contribuição para a preservação da Mata Atlântica, temos um bom exemplo brasileiro que é a RPPN Estação Veracruz, na Bahia, na qual são desenvolvidas atividades de Educação Ambiental e ecoturismo, de forma a atrair diversos estudantes e professores de diversas regiões do Brasil, bem como turistas brasileiros e estrangeiros, que assistem à palestras no Centro de visitantes e são acompanhados pelos monitores da reserva que os conduzem à trilhas interpretativas explicando um pouco mais sobre a Mata Atlântica (MESQUITA; VIEIRA, 2004).

Outro exemplo interessante é a RPPN Reserva Natural da Serra do Teimoso, também na Bahia, palco de vários cursos que propagam a difusão de conceitos conservacionistas e de realização de cursos sobre Educação Ambiental, como a criação do programa de “Viver a Mata Atlântica”, tendo como público-alvo os estudantes do município sede, sendo este um embrião para um programa “Classe Verde” na escola municipal, além de cursos sobre conservação da biodiversidade, manejo de unidades de conservação e outros temas (MESQUITA; VIEIRA, 2004). E muitos outros ainda podem ser citados.

Conforme apontado por Mesquita (2014), mesmo que esteja presente em todos os biomas do Brasil, a maior concentração de RPPN por biomas é na Mata Atlântica.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE RPPNS POR BIOMAS



FONTE: Mesquita (2014).

Além disso, a própria Mata Atlântica é um recurso turístico devido à sua riqueza natural e paisagística, beleza cênica e importância biodiversa e patrimonial.

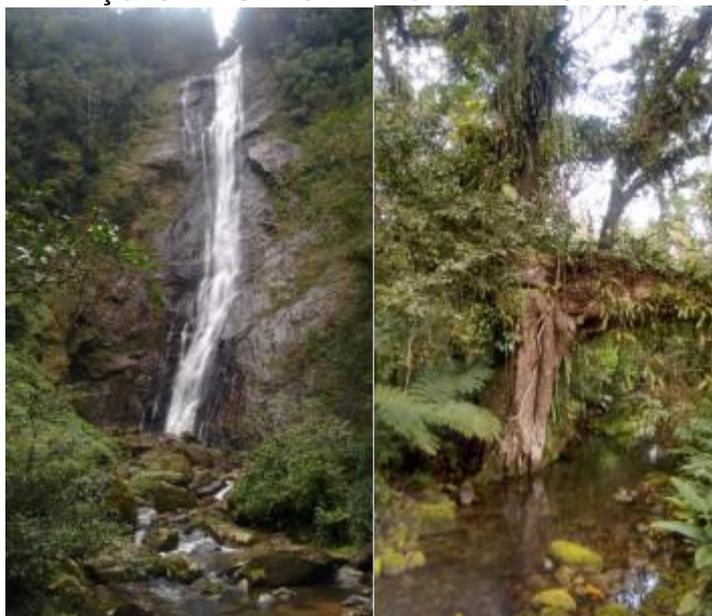
Compreendendo a importância desse bioma, apresenta-se algumas características da reserva em questão.

2.4.3. Reserva Natural Salto Morato

A RPPN de iniciativa privada, Reserva Natural Salto Morato (RNSM), apresenta grandes contribuições tanto para a conservação ambiental quanto para o fortalecimento do ecoturismo e desenvolvimento local.

Pertencente à Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN), teve sua criação em 1994 com uma área que abrange 2.340 hectares. A RNSM possui no interior de sua reserva um dos principais atrativos de visitação que é uma queda d'água de aproximadamente 100 metros de altura e uma árvore em que suas raízes atravessam o rio de uma margem a outra, conhecida como Figueira do Rio do Engenho (BRASIL, 2010). O aquário natural também representa uma das atrações naturais e turísticas da reserva.

FIGURA 3 - ATRAÇÕES NATURAIS DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO





FONTE: A autora (2018).

Ao iniciar a pesquisa, já é possível perceber que a reserva possui uma divulgação considerável, com informações disponíveis na internet de fácil acesso, recebendo um fluxo de turistas que contemplam de uma infraestrutura de visitação diversificada (BRASIL, 2010), conforme será melhor explicado nas próximas seções.

A RNSM é atualmente referência na preservação de biomas ameaçados no litoral do estado do Paraná. Em seu início, teve como parceria na elaboração de estudos para a aquisição da área, o amparo técnico da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS) e financeiro da ONG *The Nature Conservancy* (TNC), e foi legitimada, à época, como RPPN, sendo apontada como uma das primeiras propriedades privadas a herdar este título no estado (KLASSEN, 2005).

Considerada a primeira RPPN do município de Guaraqueçaba, a RNSM foi aberta para visitação no ano de 1996, dois anos após a aquisição das terras, sendo ratificada pela Unesco, juntamente com outras reservas da região, como Sítio do Patrimônio da Humanidade no ano 1999 (FBPN, 2011).

A extensão territorial, obtida em nome da FBPN, tem por objetivo ações de pesquisa e preservação, com o controle das espécies silvestres e conservação dos ecossistemas naturais, bem como a administração e implementação do manejo das áreas naturais.

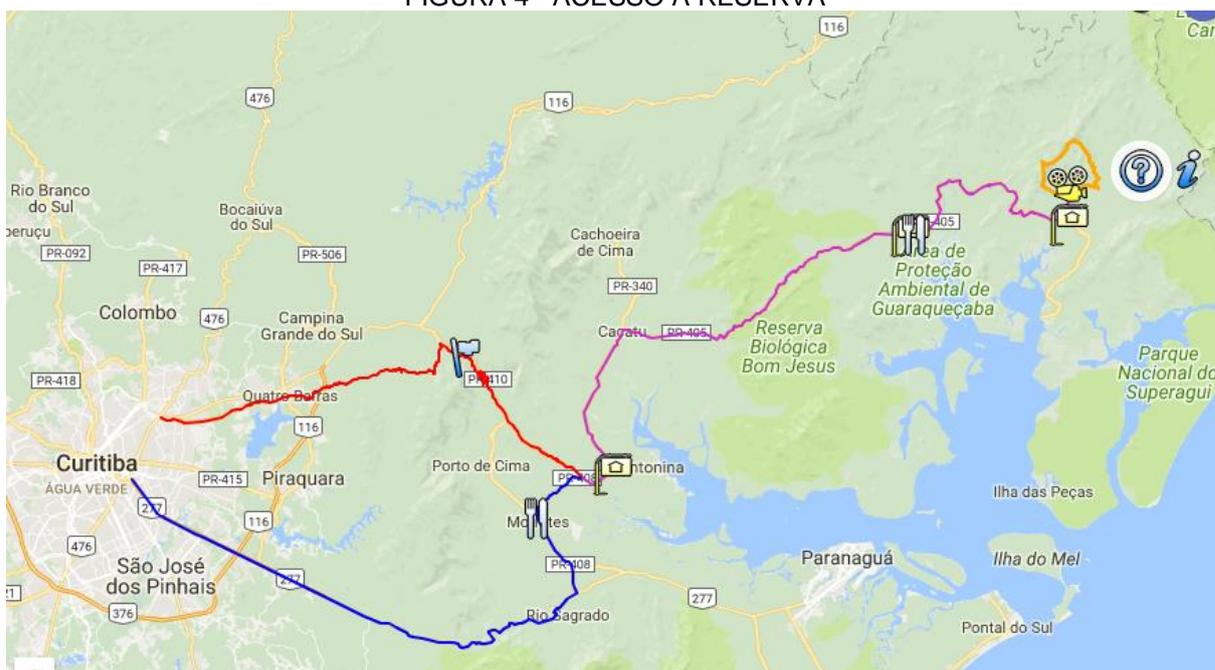
Além disso, é localizada em uma região que revela uma antiga história geológica, permitindo a atual configuração de geodiversidade que existe na reserva, contemplada por serras, zonas de planícies, variedade de rochas e solos, atrelada a uma rede hídrica com cascatas e cachoeiras, as quais condicionaram e favoreceram o desenvolvimento da biodiversidade local (FBPN, 2011).

O Plano de Manejo da reserva introduz o leitor sobre o município em que a RPPN se insere, destacando a importância arqueológica e natural que

Guaraqueçaba (em tupi guarani, “ave de coloração vermelha”) possui, haja vista os seus bens tombados pelo Governo do Estado do Paraná. De acordo com o documento, são dois: A Serra do Mar, tombada como patrimônio natural no ano de 1986, bem como a Ilha de Superagui, patrimônio arqueológico tombado no ano de 1985. Com uma área territorial de 231,6 mil hectares e uma população de 7.870 habitantes, segundo o Censo realizado no ano de 2010, Guaraqueçaba faz divisa com os municípios paranaenses de Paranaguá, Campina Grande do Sul e Antonina e com a cidade de Cananéia, esta última localizada no litoral sul do estado de São Paulo (FBPN, 2011).

A RNSM está localizada geograficamente dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba localizada no litoral norte do Estado do Paraná. Distante aproximadamente 170 km da capital do estado do Paraná, Curitiba, o acesso a RNSM se dá por vias terrestres ou marítima. Os principais acessos terrestres ao município de Guaraqueçaba se dão através da BR-277, partindo de Curitiba sentido litoral, com acesso à PR-408 (Morretes-Antonina). Antes de chegar ao município de Antonina, é necessário acessar a PR-340 (Antonina-Cacatu) e, em seguida, observando as placas indicativas ao longo da estrada, é necessário seguir pela PR-405 (Cacatu-Guaraqueçaba).

FIGURA 4 - ACESSO À RESERVA



FONTE: Fundação O Boticário (2018).

O Plano de Manejo também aponta outra via alternativa, a qual seria partindo de Curitiba sentido São Paulo através da BR-116. Nesta rodovia, deve-se acessar no quilômetro 60 a Estrada da Graciosa (um interessante e sinuoso caminho de enorme importância histórica, formado por paralelepípedos que compõem uma paisagem única). Uma vez na Estrada da Graciosa, deve-se seguir então até a PR-340 (Antonina-Cacatu) e, em seguida, como citado no percurso anterior, seguir pela PR-405 (Cacatu-Guaraqueçaba).

Estas duas maneiras de acesso à cidade de Guaraqueçaba podem ser realizadas via automóvel ou ônibus, com viagens operadas a partir da Estação Rodoferroviária de Curitiba para Guaraqueçaba (FBPN, 2011), sendo necessário consultar os horários disponíveis com antecedência.

Outra opção de chegada ao município e posteriormente a RNSM, seria por meio de transporte marítimo, com acesso pelo município de Paranaguá. O traslado é feito por barcos com duração de viagem média de 3 horas ou por meio do fretamento das voadeiras, barcos menores que desenvolvem maiores velocidades, encurtando o tempo de viagem significativamente, realizando o mesmo percurso em pouco menos de uma hora (FBPN, 2011).

É importante ressaltar que, no município em que está inserida, 66% da população residem nas áreas rurais enquanto que apenas 34% nas áreas urbanas, possuindo 25 comunidades legalmente constituídas, acomodadas em regiões de difícil acesso e infraestrutura básica precária (FBPN, 2011). Guaraqueçaba, que ocupa segundo estudo elaborado pela Organização das Nações Unidas em 2000 apenas o 393º lugar dentre os 399 municípios paranaenses no que se refere ao índice de desenvolvimento humano (IDH), evidencia uma delicada situação econômica com poucas alternativas de renda para a população local, tendo a pesca como principal parâmetro produtivo, seguido pela produção agrícola inexpressiva da banana, palmito, mandioca, arroz e cana-de-açúcar (KLASSEN, 2005).

De acordo com o Plano de Manejo da RNSM, elaborado pela Fundação O Boticário (FBPN, 2011), o município não possui agências de turismo, sendo a atividade gerida principalmente pela Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (COOPERGUARÁ), composta por pequenos produtores e empreendedores rurais, proprietários de restaurantes e pousadas, artesãos, entre outros, responsáveis por fomentar o ecoturismo na região.

Ainda segundo o mesmo documento, o abastecimento de água da região do Morato é feito por meio de captação própria da RNSM, com caixa de água e equipamento de cloração inseridos na propriedade, cujo sistema abastece cerca de trinta residências da Vila Morato.

Ademais, segundo o Plano de Manejo da reserva, praticamente toda a área do município - que equivale a cerca de 215 mil ha -, é ocupada por unidades de conservação, sendo a maior delas a APA de Guaraqueçaba, ocupando 74% do município.

Nesse sentido, desde sua criação, a RNSM simboliza uma referência na preservação da Mata Atlântica brasileira e principalmente do estado do Paraná. Sendo o município de Guaraqueçaba possuidor da maior faixa remanescente de Mata Atlântica no Estado do Paraná, evidencia-se sua importância na preservação da fauna e flora do País (FBPN, 2011). Local de presença abundante da biodiversidade na região, já foram identificadas na RNSM cerca de 646 espécies vasculares e avasculares, pertencentes à 118 famílias botânicas, conforme estudo apresentado no Plano de Manejo da Reserva. Espécies vegetais como o palmito-juçara, xaxim-do-mato, jacarandá, guapuruvu, carvalho, canela-fogo, massaranduba, cedro, bromélias, jerivá e figueiras estão entre as espécies catalogadas (FBPN, 2011).

No que tange à fauna da região, a presença da RNSM assume um dever importante na preservação e proteção das espécies remanescentes. Segundo o mesmo estudo, foram catalogadas 58 espécies de mamíferos, 36 espécies de répteis, 61 espécies de anfíbios e 55 espécies de peixes. Além disso, identifica-se um total de 329 espécies de aves, que correspondem a pouco mais de 50% do total do Estado do Paraná, sendo que 39 destas espécies de aves são consideradas ameaçadas de extinção (FBPN, 2011). Essa riqueza registrada deve-se, principalmente, à variedade de *habitats* e micro-habitats da região.

Por fim, deve-se também entender o que este turista está buscando nestes locais visando melhor atendê-lo.

2.5 ASPECTOS DETERMINANTES DA QUALIDADE PERCEBIDA PELO VISITANTE EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

Em primeiro lugar, ressalta-se que o conhecimento sobre o perfil dos visitantes é importante para que o atrativo se torne envolvente, possuindo características que sejam relevantes ao visitante, sendo que algumas particularidades são interessantes para defini-los, como por exemplo, a idade, nível cultural, procedência, tempo disponível, motivações, interesses e necessidades, direcionando as pesquisas para que se compreenda determinado público (VASCONCELLOS, 2006). Estas pesquisas podem ser feitas por questionários, entrevistas, comentários ou demais artifícios que possam facilitar a catalogação dos dados em questão.

A análise da demanda real, portanto, é um ponto significativo para que se possa trabalhar o planejamento turístico, ainda mais nos casos onde o turismo é uma das únicas ou até mesmo a principal forma de geração de renda de uma localidade, como também nos casos onde o turismo é visto como um forte potencial para o desenvolvimento da região (ASHTON E GARCIA, 2008).

De acordo com Bueno (2011), é traçado um perfil geral sobre o ecoturista, que se mostra como um público que mora em meios urbanos e que busca contato com a natureza em seu tempo livre com o intuito de liberar o estresse do dia a dia, e que, de modo geral, está em busca de atividades ao ar livre para relaxar, como caminhadas curtas ou banhos de cachoeira. Entretanto, considerando as diferentes motivações que possam ter um ecoturista, torna-se difícil traçar um comportamento e perfil específico sobre o mesmo. O que é possível delimitar, em um primeiro momento, além do já mencionado é que os turistas que são adeptos desse segmento procuram sentir, tocar, cheirar, ver e comer o inusitado, lendo bastante sobre o destino com antecedência, anotando perguntas e questionando os guias e o pessoal que os atendem, além de quererem um tratamento customizado, prezando pela segurança (BRASIL, 2008).

A percepção do visitante, por conseguinte, está relacionada com o conjunto de sensações que o indivíduo apresenta a partir das ações que ocorrem em seu meio, sendo então a maneira como este visitante interpreta os estímulos e os digere para si para que sejam utilizados em seu dia a dia (RODRIGUES et al., 2012). Ou

seja, após o processo de sentir, tocar, cheirar, ver e comer o inusitado, conforme comentado anteriormente, o visitante irá decodificar as informações e assimilá-las para uma aplicação prática, em uma visão própria e individual.

Para Fernandes *et al.* (2004, p. 1), a percepção ambiental pode ser definida como “uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo”. Esta, por sua vez, é uma ótima ferramenta no que se refere ao desenvolvimento da conscientização do indivíduo em relação ao meio ambiente, cuja relevância se dá pelo processo de facilitar a compreensão do visitante acerca da importância e dos problemas que podem ser trabalhados, passando a ter maior interesse em cuidar e respeitar ainda mais esse meio (KOVALHUK, 2017).

Além disso, percebe-se que as análises e estudos sobre esse tema, de acordo com Merleau-Ponty (*apud* RODRIGUES *et al.*, 2012), devem ser feitos e entendidos de modo que identifique a maneira como o indivíduo percebe os espaços e não o contrário, ressaltando sobre a importância de ter conhecimentos sobre a percepção ambiental para o desenvolvimento do ecoturismo.

Sobretudo, estes estudos servem para que se possa ter uma utilização mais racional dos recursos ambientais, possibilitando, a partir da compreensão das relações ser humano e ambiente, uma relação harmônica dos conhecimentos locais, do interior, com conhecimentos do exterior, sendo um instrumento educativo e uma ferramenta de transformação (Santos *et al.*, 1996).

Uma das dificuldades para proteção dos ecossistemas naturais, conforme apontam Maroti e Santos (1997), está justamente sobre o fato de haver diferenças nas percepções dos valores e da importância do visitante, este que vem de culturas ou grupos socioeconômicos distintos. Isso é preocupante, pois significa que os visitantes podem ser os problemas de áreas naturais, dificultando o plano de manejo. Por isso, é importante que os administradores estejam cientes desse fator ao procurar soluções para os problemas encontrados, uma vez que torna-se difícil mudar o comportamento do visitante, principalmente se estes não enxergam os impactos de uma área (Hendee *et al.*, 1990 *apud* Kataoka, 2004).

Pelo fato do visitante, especialmente o turista, ter a visão de quem vem de fora, ou seja, um estranho, a avaliação do meio ambiente pelo visitante poderá ser essencialmente estética, e irá distinguir da visão do nativo, que está imerso na totalidade de seu ambiente (TUAN, 1980). Portanto, é uma visão nova e muito

importante, de quem não está habituado aos problemas existentes e identificará o problema sob outra perspectiva.

Por fim, entende-se que a percepção, segundo Stankey (1973), é identificada como um julgamento de valor sobre o que é adequado ou aceitável, estando diretamente relacionada com as expectativas do visitante, e de alguns fatores como, por exemplo: quantidade de experiências anteriores, informações prévias, grupo social, estado emocional, gênero, faixa etária e cultural. Assim, após o levantamento destas informações, será possível identificar a preferência e a percepção dos visitantes em relação às condições ecológicas e recreativas de cada área e se estes são capazes de perceber os impactos do uso recreativo.

De qualquer forma, o que é defendido em consenso por diversos autores é que um manejo mais efetivo das áreas naturais, cuja proteção das condições ambientais e das oportunidades para as experiências são garantidas, é necessário que hajam dados adequados sobre os visitantes e os recursos disponíveis, conforme lembram Hendee *et al* (1990 *apud* Kataoka, 2004).

Já em relação à qualidade, entende-se que ao solicitar e adquirir um serviço, é comum que se deposite algumas expectativas em relação ao lugar ou a quem é contratado, sendo que todos querem ser atendidos com cortesia, rapidez, boa vontade e de forma personalizada, conforme propõe Soifer (2005), principalmente pelo fato dos consumidores estarem sempre mais exigentes, buscando experiências que agreguem valor e que superem suas expectativas (GAETA; NETTO, 2010). No entanto, conforme apontam Gaeta e Netto (2010), isso é algo que se relaciona muito com a subjetividade de cada pessoa, uma vez que irá estar em jogo questões emocionais e individuais em primeiro plano.

Frente a este cenário, as instituições ou proprietários de serviços buscam satisfazer o cliente, sendo este aspecto fundamental para o consumo regular e o compartilhamento de experiências, ressaltando a importância de definir o que determina a satisfação do consumidor em cada contexto (GOSLING *et. al*, 2017, p. 89). O ponto que será o mais importante na determinação desta satisfação, segundo Gosling *et al.* (2017), é em relação à percepção do cliente sobre a qualidade do produto ou serviço oferecido, cabendo às empresas e instituições realizar esforços para que seja reduzido ao máximo a lacuna entre a qualidade esperada e a qualidade percebida, maximizando a satisfação.

Para tal resultado de satisfação, percebe-se que este é um processo que requer uma avaliação constante das expectativas dos consumidores, de modo que a empresa possa sempre medir e controlar o seu esforço para a satisfação dessas expectativas, conforme indicam Marchetti e Prado (2001). Não bastasse isso, Rodrigues (2003) salienta que apenas garantir a satisfação das necessidades ou desejos não resulta, necessariamente, na fidelidade dos mesmos, sendo necessário também buscar a fidelização ao invés de somente a satisfação momentânea.

Portanto, verifica-se que a satisfação alcançada é resultado de algo que está diretamente relacionado à expectativa criada para essa experiência, sendo que esta expectativa é determinada por uma mistura de aspectos cognitivos (relacionados à qualidade percebida) e emocionais (ligados ao prazer da experiência) (DE ROJAS E CAMARERO, 2008). Ou seja, o consumidor pode ser considerado satisfeito quando a combinação entre as expectativas criadas e a experiência total é proporcionada à ele equilibradamente.

De tal modo, torna-se importante observar e compreender as características de cada consumidor (ou no caso, visitantes de reservas naturais), como comentado anteriormente, para que seja possível maximizar a satisfação deste, levando em consideração o que é ou pode ser uma experiência de consumo bem-sucedida a partir da visão do mesmo. Por fim, com estas informações será possível oferecer uma experiência de lazer, aprendizado, socialização e cultura, que trará frutos não somente durante a sua permanência, mas carregada para fora do local em questão e compartilhada de modo positivo (GOSLING *et al*, 2017). Ainda mais no caso do ecoturismo, em que uma viagem representa não apenas um deslocamento de um ponto ao outro por parte do turista e sim um momento de transformação, conforme apontam Gaeta e Netto (2010), das quais são realizadas a partir das experiências vividas e da maneira como foram percebidas e vividas pelo cliente.

Em meio a isso, Soifer (2005, p. 40) discorre sobre alguns itens que são substanciais para o bom desenvolvimento da atividade turística em sua plenitude, como, por exemplo, “acesso, saneamento, energia, comunicações, vias urbanas de circulação e capacitação de recursos humanos”, etc., sendo fatores que serão decisivos na experiência. Além disso, percebe-se a existência de alguns estudos para identificar o que os recreacionistas procuram em viagens feitas em áreas naturais, sendo relacionados à expectativa dos visitantes, onde Merigliano (1990) cita alguns motivos, como por exemplo, experienciar a paz ou fugir das multidões/se

isolar para refletir sobre valores pessoais; aprender e observar sobre a natureza, sua beleza e seus ambientes não-modificados; sentir-se livre das restrições da sociedade e do controle sobre o ambiente social, gerando independência e autoconfiança; o desafio e aventura em descobrir e desenvolver novas habilidades; desejo de desenvolver melhor os elos entre membros do grupo, trilhando experiências comuns; além de benefícios gerados por respirar ar limpo e executar exercícios para manter a forma.

A qualidade da experiência, então, torna-se uma peça chave para que seja possível trabalhar de forma aperfeiçoada na fidelização de um cliente e é visto que estas qualidades agregadas à experiência, como infraestrutura e segurança, são itens de decisão de compra no dia a dia do consumidor a modo de definir quais serão os produtos de sua preferência. Neiman e Mendonça (2005) afirmam que uma má infraestrutura ou um espaço com uma má gestão são características que podem sobressair sobre os demais recursos e negativando o produto.

Sendo assim, para que exista uma boa qualidade de experiência no turismo, Soifer (2005) completa que é necessário que antes haja um maior entendimento sobre qual é o público que visita tal local e quais são as especificidades e necessidades do mesmo. Somente assim será possível entender o que significa qualidade para cada perfil.

Pode-se comentar também sobre o papel do marketing nesse processo, de modo que seja uma ferramenta facilitadora, com o intuito de colocar em contato direto o produto e a demanda de uma maneira satisfatória, uma vez que essa demanda é quem irá consumir os produtos e serviços (KOVALHUK, 2017).

Por fim, como nem sempre um serviço ou viagem será para o consumidor uma experiência que mereça ser repetida ou que marque a vida do indivíduo, como dialogam Gaeta e Netto (2010), espera-se que o gestor ou proprietário de uma área ou atrativo possua o objetivo de satisfazer altamente o turista em uma visita, em que se garanta a qualidade de seu produto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir tais resultados quanto aos objetivos propostos, aqui serão tratados os procedimentos metodológicos necessários e como serão aplicados no decorrer da presente pesquisa.

Assim, uma das primeiras necessidades para prosseguir com a delimitação da área de estudo foi a de segmentar, entre as RPPNs do Litoral do Paraná, as que possuíam em suas propriedades o intuito de utilizá-las para a prática do turismo de forma responsável. De tal forma, este levantamento pôde ser feito a partir de fontes secundárias como páginas de *web sites* e documentos oficiais das entidades administradoras das UCs (em especial o IAP), disponibilizados através de sua plataforma *online*, tendo como resultado a identificação das principais propriedades: RPPN Salto Morato e RPPN Reserva Ecológica Sebuí.

Como amostra do presente estudo, então, a área de pesquisa será delimitada em apenas uma destas RPPNs do Litoral do Paraná, escolhida pelo fato de que esta possui a atividade turística de forma já consolidada, sendo a RPPN Salto Morato. Estando melhor consolidada, é possível verificar com maior clareza e em maior amostra de que maneira a qualidade está sendo percebida pelos visitantes, a fim de otimizar este aspecto.

O tipo de pesquisa a ser elaborada quanto aos objetivos deste projeto se divide da seguinte maneira: a primeira parte está relacionada ao embasamento teórico, a qual se encaixa como uma pesquisa exploratória. Esta teve como objetivo o de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, possuindo a realização de um levantamento bibliográfico que inclui a análise de exemplos que estimulem a compreensão do leitor (GIL, 2007).

Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, relacionando principalmente o turismo em áreas naturais, as Unidades de Conservação com as RPPNs, o Litoral do Paraná, aspectos da qualidade da experiência do visitante, entre outros, aprofundando mais nos aspectos que são interessantes para o todo. O principal apoio para este levantamento de dados foram a partir de fontes secundárias e referências teóricas, como livros, teses, artigos científicos, páginas de *web sites*, etc.

A segunda parte da metodologia se aproxima do método anterior, embasada em fontes secundárias, no entanto, destina-se à coleta de dados de caracterização

geral da reserva. Para tal fim, optou-se por trabalhar com as *websites* da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e da RPPN Salto Morato, incluindo o Plano de Manejo. As mesmas fontes também serviram para que se pudesse detectar informações gerais acerca do perfil do visitante de maneira oficial, embora se dedicassem mais à procedência apenas. Posteriormente, estes dados puderam ser atualizados a partir de uma pequena amostra atingida a partir de algumas informações disponíveis nos perfis dos visitantes da reserva em plataformas de avaliação, de onde foram obtidos também os dados da reputação *online*.

Para esta pesquisa, optou-se pela análise da reputação *online* por representar uma forma de informação e de compartilhamento da experiência do consumidor ou visitante. Dentre as opções de metodologia sobre o grau de satisfação/experiência de quem consome, esta foi escolhida pelo motivo de que as *websites* e mídias sociais serem ferramentas mais próximas ao perfil do novo consumidor que, segundo Pazini (2015), é o consumidor com um perfil mais interativo e que está sempre conectado. Além disso, Bizinelli *et al* (2013) também salientam que essa busca de informações sobre determinado produto ou serviço é uma estratégia dos consumidores para compartilhar experiências e, tão quanto, influenciam na tomada de decisões. As fontes externas, como a internet e etc., são um dos meios em que este consumidor recorre para a informação (ALÉN GONZÁLEZ, 2003).

Nesse sentido, as redes sociais de comentários Facebook.com e TripAdvisor foram escolhidas e analisadas no intuito de obter dados em relação à experiência do visitante. Estas *websites* - interessantes ferramentas para verificar sua reputação *online*, além de ser muito utilizada no Brasil - também foram utilizadas para a análise das informações da procedência, idade e sexo dos visitantes por meio do perfil disponível de quem realizava estas avaliações nas páginas da reserva.

Para melhor interpretação da reputação *online*, a presente pesquisa contou com a técnica de análise de conteúdo, que consiste na objetividade, sistematização e inferência dos dados. Para Bardin (1979, p. 42), a análise do conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações a fim de obter indicadores que permitam a indução de conhecimentos no que se refere às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Nesse sentido, foi realizado um apanhe dos comentários por meio da transcrição desses dados em ferramentas como o Word para registro, enquanto o

levantamento de termos e palavras mais utilizadas por esses avaliadores foi feita a partir da ferramenta *Word Cloud*¹, sendo possível gerar uma nuvem de palavras de maior destaque, indicando os termos mais utilizados que se relacionam diretamente com a qualidade da experiência que este visitante teve.

Este processo de análise de conteúdo foi feito concomitante com a leitura individual dos dados coletados nos comentários. O objetivo desta metodologia é o de uniformizar as interpretações, além de revisar as informações acerca das opiniões dos entrevistados. De tal forma, realiza-se uma análise que seja possível identificar possíveis melhorias de infraestrutura turística no local a partir da percepção do visitante. A avaliação dos resultados, então, será elaborada em caráter descritivo, em forma de texto, averiguando a situação atual da região e compilando as informações e comparando com o que foi encontrado em visita no local.

A Tabela 1 apresenta os resultados encontrados em relação à quantidade total de comentários por rede social até a data da pesquisa (em agosto de 2018).

Tabela 1 - Avaliações da RPPN Salto Morato: total de comentários

RPPN Salto Morato		
Webistes avaliados	TripAdvisor	Facebook.com
Período de abrangência das avaliações	01/01/2013 a 19/06/2018	05/10/2015 a 13/01/2018
Quantidade de avaliações	68	64
TOTAL	132	

Fonte: A autora (2018).

No entanto, vale ressaltar que na rede social Facebook.com, a adição de um comentário junto à avaliação não ocorre de forma obrigatória. Logo, as opiniões dos visitantes não ocorrem de forma detalhada, e sim apenas em quantidade de estrelas - em sua maioria, indicando apenas o grau de satisfação. A website TripAdvisor, ainda, por algum motivo subdivide-se em duas páginas diferentes, uma com 42 avaliações e a outra com 26, ainda que ambas sejam referentes ao mesmo local.

Além disso, neste trabalho houve uma pesquisa de campo caracterizada por investigações acerca do tema além da pesquisa bibliográfica, (FONSECA, 2002, p.

¹ O *World Cloud* é um programa de livre acesso (<https://www.wordclouds.com/>) que cria uma nuvem de palavras, bem como realiza o levantamento de contagem de palavras e sistematização do conteúdo para os usuários. Para utilizá-lo é necessário somente o acesso à internet e um navegador atualizado, uma vez que trata-se de uma ferramenta da Web.

32), com o intuito de ampliar a coleta de dados e conhecer a realidade da RPPN da área de estudo.

Neste estágio, então, que visou atingir o objetivo proposto sobre a identificação da oferta de equipamentos e serviços turísticos existentes, houve o deslocamento até o local por conta própria no dia 25 de agosto de 2018, verificando detalhes como acesso, infraestrutura, estado de conservação, etc. Para essa devida avaliação, feita pela própria pesquisadora, utilizou-se como base, de forma adaptada, o material de apoio desenvolvido pelo Ministério do Turismo, um formulário de inventário turístico adequado à Unidades de Conservação (Anexo 1). Esta análise do local contribuiu na melhor compreensão de quais elementos também foram avaliados pelos usuários das redes sociais escolhidas. Assim, foi possível identificar quais aspectos devem ser melhor trabalhados na infraestrutura turística do local de modo geral, buscando identificar problemas de visitação, como trilhas, divulgação ou acesso de forma mais ampla.

A partir da caracterização geral da reserva por fontes secundárias, da visita in loco e da leitura das avaliações dos visitantes, já foi possível partir para a etapa de análise e interpretação de resultados, conforme será visto a seguir. A análise também incluirá a pesquisa de boas práticas de visitação em UCs, servindo como embasamento para o projeto de turismo, que busca melhorias na infraestrutura turística para melhor experiência de visitação.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Em pesquisa in loco, pôde-se compreender melhor do que se trata a reserva natural estudada e qual é a infraestrutura turística ofertada.

4.1 INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DA RNSM

A verificação da infraestrutura turística existente na RNSM foi realizada por meio de visita técnica realizada no dia 25 de agosto de 2018, usando como parâmetro o formulário de avaliação/inventário turístico proposto pelo Ministério do Turismo (2011) (Apêndice 1). No local, foram observados alguns aspectos conforme melhor detalhado nas próximas seções, seguindo uma ordem lógica de apresentação a partir do início do momento de deslocamento.

4.1.1. Acesso à RNSM e sinalização externa

A análise da infraestrutura turística inicia já no deslocamento, o qual apresenta três opções conforme indicado anteriormente. O trajeto escolhido no dia da visita foi o mais comum deles, pela BR-277, partindo de Curitiba sentido litoral, com acesso à PR-408 (Morretes-Antonina), acessando a PR-340 (Antonina-Cacatu) e, em seguida, pela PR-405 (Cacatu-Guaraqueçaba), num total de 160 km.

Para chegar à reserva, nota-se que o caminho deve ser estudado com antecedência. A rodovia BR-277 não apresenta dificuldades de locomoção, porém deve-se ficar atento para não perder a saída mencionada, logo após o final da Serra do Mar, cuja sinalização indica a saída para Morretes. Chegando nesta estrada estadual, PR-408, percorre-se um trajeto cortando o centro de Morretes, dando continuidade pela estrada principal, até verificar a primeira sinalização para a RPPN Salto Morato já no perímetro rural (a partir dessa, há placas indicativas ao longo de todo o trajeto).

As condições das rodovias vão se tornando cada vez mais estreitas, em via única sem possibilidade de ultrapassagem (inclusive, apresentando maiores riscos aos pedestres por não haver calçadas ou então acostamento no trajeto), e a qualidade da estrada ao longo do percurso se torna precária.

Ao chegar na rodovia Cacatu-Guaraqueçaba (PR-405), é importante ressaltar que o trajeto passa a ser em estrada não asfaltada, logo, o percurso torna-se de difícil acesso, por aproximadamente 70 km com velocidade reduzida a 30 km/h, tornando-o mais demorado. Ademais, se houver o indicativo de chuvas na região (como no caso do dia anterior à visita), dificulta-se ainda mais o acesso, correndo o risco de encontrar a estrada alagada. Em alguns trechos, torna-se ainda mais perceptível esse problema, conforme mostra a Figura 5.

FIGURA 5 - CONDIÇÕES DAS ESTRADAS



FONTE: A autora (2018).

Ainda assim, em relação à sinalização, esta é apresentada de forma objetiva, reduzindo a possibilidade de erros nos caminhos a serem tomados, pois a partir da saída de Morretes começam a ter indicações específicas da RPPN Salto Morato, nas estradas Antonina-Cacatu (PR-340) e Cacatu-Guaraqueçaba (PR-405), conforme indicado pela Figura 6.

FIGURA 6 - SINALIZAÇÃO EXTERNA



FONTE: A autora (2018).

Percebe-se, ainda, que a sinalização externa é realizada de maneira adequada, de acordo com o modelo padrão estabelecido pelo Ministério do Turismo e pelo Ministério da Cultura, a partir da visualização do item “Projeto para Usuários de Veículos Motorizados” disponível no Guia Brasileiro de Sinalização Turística (2001).

A partir desse ponto a análise passa a ser voltada então aos aspectos internos da reserva.

4.1.2. Sinalização interna e equipamentos e serviços de apoio ao turista da RNSM

Ao chegar na reserva, percebe-se o atendimento bilíngue através dos *banners* expostos e da sinalização interna, todas com informativos em português e inglês. Há a necessidade de comprar ingressos (inteira, R\$10,00 e meia-entrada, R\$5,00) ao entrar no local. Os moradores de Guaraqueçaba têm entrada franca. Os visitantes, então, são recepcionados por um funcionário que explica previamente sobre o funcionamento da reserva.

A sinalização interna é apresentada em um padrão próprio da reserva, elaborado com criatividade. Estas placas são de fácil compreensão e adequada a todos os locais, sem apresentar dificuldades. Sempre que necessário, há a instalação de placas indicativas referente aos atrativos, banheiros, serviços e demais informações (Figura 7).

FIGURA 7 - SINALIZAÇÃO INTERNA

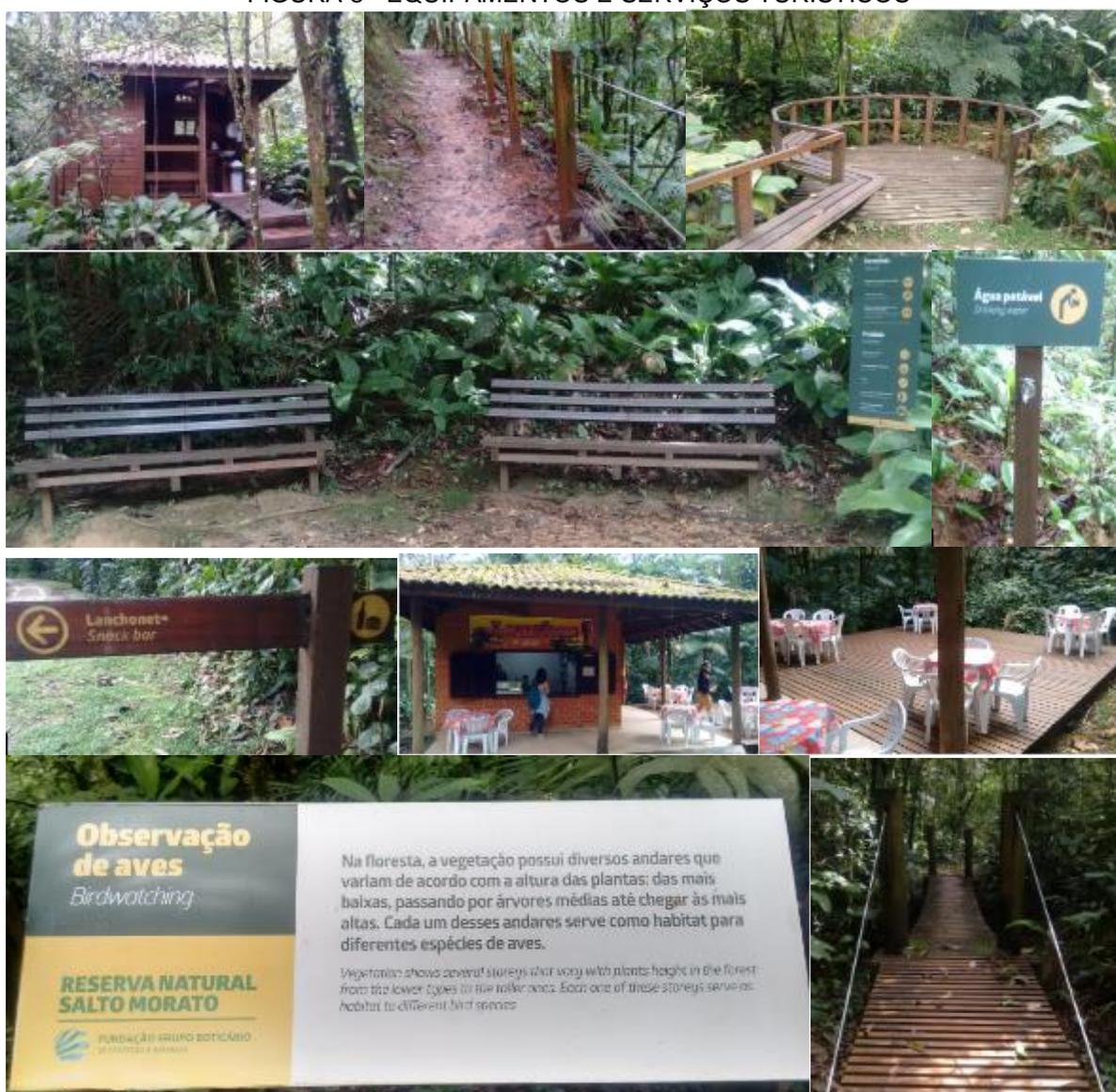


FONTE: A autora (2018).

Seguindo uma diretriz de mínimo impacto ambiental nas áreas naturais da reserva, a RNSM conta com as seguintes edificações: portal de entrada, centro de visitantes, centro de pesquisas, auditório, camping, quiosques, alojamento, lanchonete, ponte pênsil, deck do aquário natural e da figueira, sinalizações, painéis e trilhas interpretativas, de acordo com os materiais disponibilizados pela reserva.

Percebe-se, ao longo das trilhas, a existência de alguns equipamentos fornecidos ao turista, como instalações sanitárias, cercas/proteção nas trilhas, bancos de descanso, bebedouros e/ou fontes de água, decks de madeira e outros. Além disso, também conta com o serviço de bar/lanchonete interna. De atividades turísticas, somente é utilizada para a prática de caminhada, trilhas e observação de aves.

FIGURA 8 - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS



FONTE: A autora (2018).

O camping, no entanto, no período avaliado encontrava-se desativado, além de as condições de acesso estarem tomadas pela lama por conta da chuva ocorrida no dia anterior à visita. O centro de visitantes, embora com as portas abertas, no dia da visita estava sem a presença de funcionários e com as luzes apagadas, ficando disponível para o visitante que por ali passava apenas os panfletos e totens informativos. De tal forma, não houve a exibição do vídeo institucional que costumeiramente passam, segundo comentários. O auditório e centro de pesquisa encontravam-se restritos somente aos funcionários.

FIGURA 9 - ESTRUTURA DE CAMPING E CENTRO DE VISITANTES



FONTE: A autora (2018).

Prosseguindo com a visita, identificou-se que os principais atrativos naturais de livre acesso aos visitantes da RNSM são: a trilha do Salto Morato, o Aquário Natural e a trilha da Figueira do rio do Engenho. Dentre essas duas opções de trilhas, a do Salto Morato é apresentada como um nível fácil, com a extensão de 3 km (ida e volta), enquanto a segunda, considerada de nível moderado, é a trilha da Figueira do Rio do Engenho, que possui o percurso de 5km (ida e volta).

No que tange às instalações turísticas, concentram-se em maior número na trilha do Salto Morato, contendo banheiros, maior quantidade de lixeiras e bancos de descanso, etc. A trilha do rio de Engenho, no entanto, aparentou ser mais voltada a pesquisadores e amantes da natureza que não tenham dificuldade de locomoção. Esta trilha conta com placas informativas sobre as espécies de flora, bem como os painéis mais voltados à observação de aves, sendo suas características naturais mais preservadas.

4.1.3. Trilhas da RNSM

As trilhas são equipadas com painéis informativos (Figura 10), o que é de ótima relevância para o turista e também para o pesquisador. Assim, o visitante se ambienta ao espaço de forma interpretativa, não havendo, necessariamente, a necessidade de guias para percorrer do trajeto.

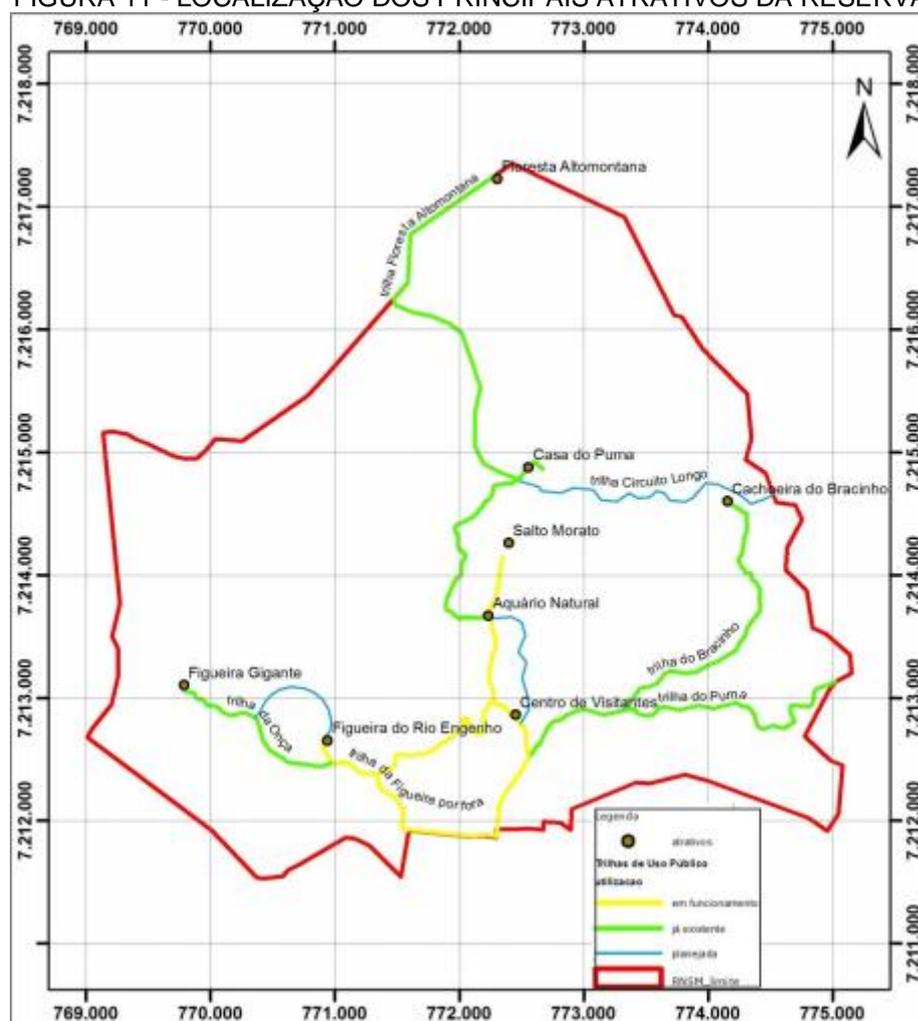
FIGURA 10 - PAINÉIS INFORMATIVOS AO LONGO DAS TRILHAS



FONTE: A autora (2018).

Por fim, os atrativos anteriormente comentados estão localizados conforme figura abaixo.

FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ATRATIVOS DA RESERVA



FONTE: FBPN (2011).

No entanto, como indicado pela imagem, as trilhas que estão em funcionamento e abertas ao público, desde o ano de publicação da imagem (2011) até o ano de 2018, são apenas três, apesar de existirem outras possibilidades de caminhos. A iniciativa de abertura ao público seria interessante para o ecoturismo em termos de educação ambiental e para a prática de *trekking*, por exemplo. O Plano de Manejo, em 2011, já observou que houve um aumento de demanda por novas trilhas como desejo dos visitantes. Contudo, ressalta-se que devem ser estudadas e planejadas, a modo de continuar pregando a diretriz de mínimo impacto ambiental possível.

4.1.4. Demais equipamentos turísticos

Itens como estacionamento, disponibilidade de bicicletários, acessibilidade e materiais informativos também foram avaliados em pesquisa no local. Nesse sentido, percebe-se a disposição de um bicicletário com capacidade para 6 bicicletas. Há também um estacionamento para veículos, disponível de forma gratuita, embora não seja tão espaçoso. Este espaço é pavimentado sob pedras e, caso haja uma quantidade de ônibus de passeio e mais carros, seria de forma limitada.

FIGURA 12 - ESTACIONAMENTO E BICICLETÁRIO



FONTE: A autora (2018).

Quanto à acessibilidade, há um banheiro adaptado no centro de visitantes, equipado com o símbolo internacional de acesso, porta larga e barra de apoio. Porém, caso seja um cadeirante, por exemplo, suas opções serão extremamente limitadas, resumindo-se ao espaço de entrada e com certas dificuldades. Para dificuldades visuais, não foram notados instrumentos e materiais de apoio a este público, e quanto a dificuldades auditivas, não se obteve informações a respeito.

Ademais, o material disponibilizado é considerado satisfatório, de modo a apresentar um folder informativo, um cartão postal e marca página personalizados da RNSM, todos elaborados de forma criativa, com imagens chamativas e de qualidade. Porém, nem todos oferecem opção em língua estrangeira.

Com essa análise referentes à infraestrutura turística concluída, parte-se para o próximo aspecto de análise: o perfil dos visitantes, realizado a partir de dados de fontes secundárias. Este aspecto é importante para melhor compreensão de para quem se destina o projeto de turismo.

4.2 ASPECTOS DA VISITAÇÃO E PERFIL DO VISITANTES DA RNSM

A verificação de informações a respeito da visitação e perfil do visitante foi realizada previamente, em pesquisas de modo *online* (a partir das informações no

Plano de Manejo da reserva), enquanto seus resultados atualizados foram obtidos a partir do apanhe e sistematização das informações disponibilizadas nos sites Facebook.com e TripAdvisor, a partir de uma amostra atingida de 132 avaliadores.

Conforme apontado pelo Plano de Manejo da reserva, desde sua inauguração para o público visitante no ano de 1996, a RNSM desenvolve atividades de ecoturismo com o objetivo de propiciar “oportunidades de recreação em contato com a natureza, educação e informação ambiental”, sendo apontada como um refúgio de contemplação e descanso em meio ao contato com a natureza.

Com número aproximado de 90 mil visitantes desde sua abertura para visitação, de diversas faixas etárias e estados brasileiros, a RNSM encontra-se em funcionamento de terça-feira a domingo, das 8:30h às 17:30h, com entrada permitida até às 16:00h (FBPN, 2011). Os meses que costumam ter maior visitação são entre dezembro a fevereiro, com uma média de 760 visitantes por mês, muito por conta de estar em período de verão e férias, enquanto os meses com menor procura são entre junho a agosto, no inverno, com uma média de 290 visitantes por mês. Abrangendo o período de 1996 a 2010, a Fundação o Boticário disponibilizou em seu plano de manejo o número de visitantes por ano, tendo seu auge em 2001, quando quase beirou os 8.600 visitantes (FBPN, 2011).

GRÁFICO 2 - HISTÓRICO DE VISITAÇÃO DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO

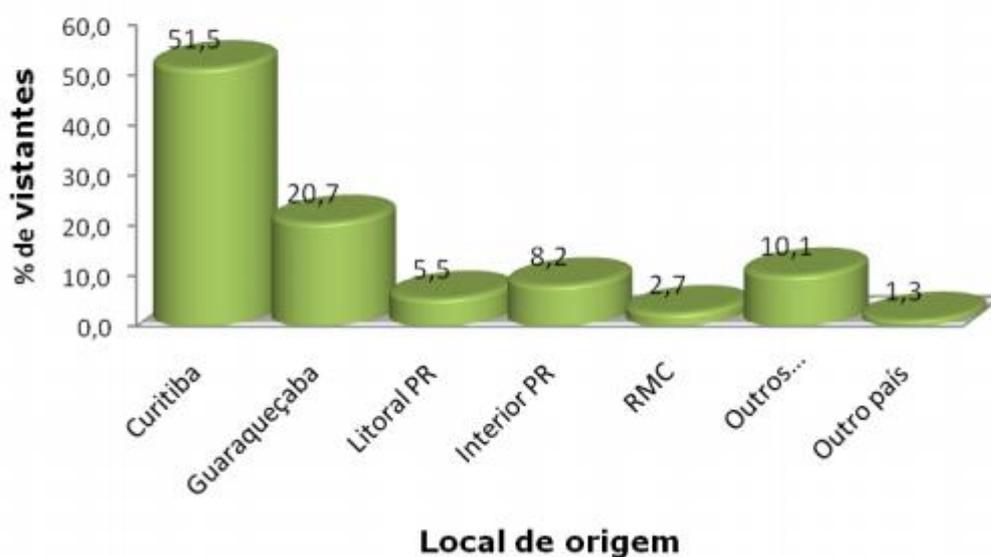


FONTE: FBPN (2011).

Neste cenário, o Plano de Manejo também dispõe de informações acerca do perfil do visitante, durante o mesmo período avaliado (1996-2010), indicando que cerca de 88% dos visitantes são do próprio estado do Paraná, dos quais 51,5% são da capital Curitiba, seguida de Guaraqueçaba, com 20,7%. Além destes, é informado pelo Plano que 10,1% referem-se à visitantes de diversos estados brasileiros e 1,3% são estrangeiros (FBPN, 2011). Após esse período, não foram levantadas novas informações disponibilizadas de maneira oficial, sendo importante atualizá-las para que se possa atingir o objetivo proposto de “conhecer a procedência do visitante da RPPN Salto Morato, com base no que é disponibilizado *online*”.

GRÁFICO 3 - PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO

Procedência de visitantes - 1996-2010



FONTE: FBPN (2011).

Com base nisso, entende-se a importância de conhecer o perfil do visitante para melhor direcionar o produto turístico em questão. O Plano de Manejo, contudo, não apresenta maiores informações além do número de visitação e da procedência de visitantes, tampouco sobre a experiência vivenciada e o grau de satisfação - informando, inclusive, que não foram realizadas pesquisas sobre o assunto.

Ainda que tenham sido identificadas informações prévias sobre o perfil de quem visita a RPPN, torna-se importante atualizá-las. Este levantamento, embora também não tenha sido aprofundado, foi realizado apenas a partir do que é

disponibilizado *online*, através das redes sociais anteriormente comentadas. Nelas, puderam ser analisadas informações de procedência, sexo e faixa etária (embora nem todas as avaliações disponibilizassem estes detalhes).

A partir disso, a ferramenta *Word Cloud* foi utilizada, após segmentação das informações desejadas realizadas manualmente, para contabilizar o número de vezes em que se repetiam. Em um primeiro momento, dividiu-se a busca no intuito de identificar a procedência do visitante que comentou nas *websites*, conforme foi catalogada a informação dentro do perfil da rede social do visitante. Como resultado, observou-se que estes visitantes, em sua maioria, se locomoveram da capital Curitiba até a reserva, representando 45 (34,09%) dos avaliadores.

A região do interior do Paraná pode contar com a avaliação de 12 dos opinantes (9,09%), pertencentes às cidades de Ponta Grossa (2), Nova Esperança do Sudoeste (1), Marechal Cândido Rondon (1), Campina Grande do Sul (1), Bandeirantes (1), Campo Magro (1), Guarapuava (1), Palotina (1), Rolândia (1), Toledo (1) e Castro (1).

No que tange a Região Metropolitana de Curitiba, enquadram-se 7 visitantes (5,30%) que informaram em seu perfil a sua origem, indicando cidades como São José dos Pinhais (2), Araucária (1), Colombo (1), Mandirituba (1), Pinhais (1) e Piraquara (1).

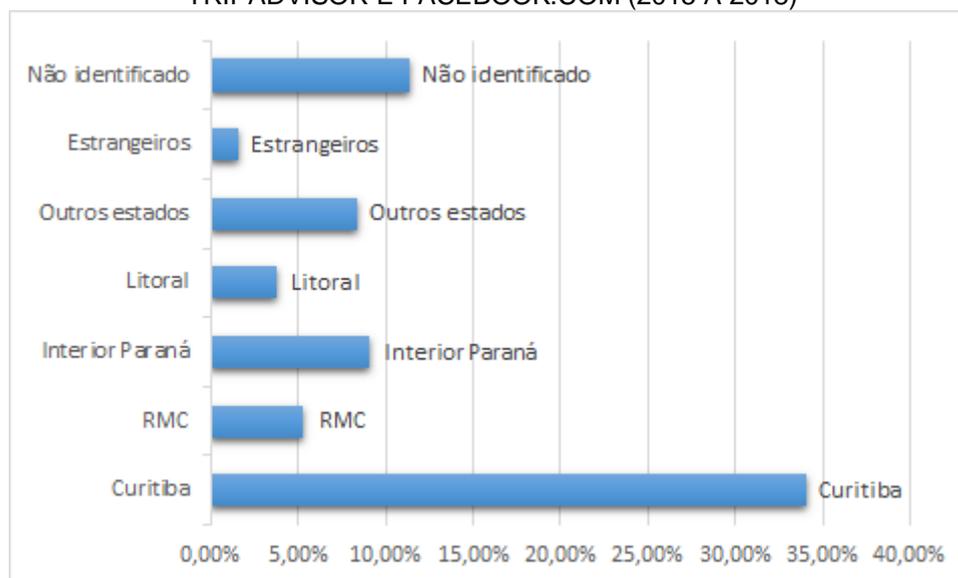
Já no Litoral, obteve-se a participação de 5 avaliadores (3,78%), das cidades de Paranaguá (6), Guaraqueçaba (4), Pontal do Sul (1), Ilha do Mel (1) e Morretes (1).

Ademais, tiveram as avaliações de outros estados, como São Paulo (capital, Botucatu, Itanhaém, Cajamar e Santos), Rio de Janeiro (capital), Santa Catarina (Joinville e Chapecó), Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves), Goiás (Goiânia) e Minas Gerais (Visconde do Rio Branco). O site TripAdvisor ainda recebeu a avaliação de dois estrangeiros, um da região de Santiago do Chile e o outro de Liverpool, na Inglaterra.

Contudo, nas opiniões de 15 dos avaliadores (11,36%) não foram possíveis identificar sua procedência, não estando informado em seus perfis a cidade de origem.

Estes dados podem ser melhor visualizados a partir da estrutura do Gráfico 4.

GRÁFICO 4 - PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES COM BASE NAS AVALIAÇÕES DO TRIPADVISOR E FACEBOOK.COM (2015 A 2018)



Fonte: A autora (2018).

Isso indica que, mesmo com o acesso dificultado pela estrada de terra, a locomoção não é um impeditivo para que os visitantes venham passar determinado tempo nas instalações da reserva - e, não somente os turistas das regiões mais próximas, mas também de estados ou países que, muitas vezes, nem se imagina.

Além disso, o resultado revela que a maioria dos visitantes permanecem como visitantes de Curitiba, como pesquisa realizada pela Fundação O Boticário e inserida no plano de manejo da reserva. Entretanto, os dados contrapõem a pesquisa anterior (datada de 2011) a partir da análise das demais localidades, onde a Região Metropolitana de Curitiba passa a ganhar destaque de segundo maior número no levantamento feito a partir das websites, bem como o Litoral do Paraná e a região do interior do estado também trocam de posições em relação aos dados oficiais.

Sendo importante lembrar que não necessariamente todos os usuários que visitam a reserva deixam seus comentários *online*, a presente pesquisa não obteve uma parcela significativa de avaliações dos moradores de Guaraqueçaba, diferentemente da pesquisa da Fundação. Pode-se considerar também que o público local, a partir do levantamento das características da região em que a reserva se insere, encontram-se em sua maioria na região rural e em locais de infraestrutura básica precária. Portanto, ainda que estes moradores visitem a reserva conforme indicado por avaliações presenciais na reserva, a análise social é

fator decisivo para melhor entender o motivo de não prestarem avaliações *online*, uma vez que nem todos devem possuir livre acesso a tecnologias de modo geral.

Em um segundo momento, dividiu-se manualmente a quantidade de avaliações a partir do sexo, sendo sistematizadas a partir da ferramenta anteriormente mencionada. Com isso, descobriu-se que o perfil do visitante da RPPN Salto Morato, com base no número limitado de usuários a partir das avaliações *online*, é predominantemente do sexo feminino (52,27%, representando 69 dos visitantes que deixaram avaliações).

No terceiro estágio de identificação, observou-se a quantidade de usuários que tinham em seu perfil a informação de faixa etária disponibilizada. Contudo, a maior dificuldade em relação ao levantamento do perfil do visitante foi em relação à este indicativo, uma vez que muito dos perfis não continham este dado. Destes, a maioria (80 dos visitantes, representando 60,60%) não constavam nenhum tipo de elemento em relação à faixa etária e não puderam ser validados. Entre os demais, a faixa etária de maior predominância foi a de 35 a 49 anos (17 visitantes, representando 12,87%), bem próxima à faixa de 25 a 34 anos (16, representando 12,12% dos visitantes). Em sequência, a terceira maior faixa que se repetiu na amostra atingida foi a de 50 a 64 anos (9,85%, com 13 dos visitantes), enquanto a faixa de 18 a 24 resultaram em 6 destes avaliados (4,55%).

A partir destes resultados, apresenta-se maior clareza em relação à quem se destina o produto que será elaborado quanto ao projeto de turismo. Assim, é possível identificar locais mais apropriados para ampliar a divulgação a partir da procedência dos visitantes, bem como identificar quais produtos melhores se adequam à faixa etária e ao sexo (este último indicador, por sua vez, não interferiu significativamente no resultado final devido à paridade do resultado da amostra).

Além destas, também foi sistematizado os dados que se referem à reputação *online* e as opiniões dos turistas que ali deixaram seus comentários, a fim de identificar suas perspectivas positivas ou negativas, facilitando e ampliando ainda mais as possibilidades para uma melhor execução da etapa do projeto de pesquisa.

4.3 REPUTAÇÃO *ONLINE* DA RNSM

Além dos dados sobre o perfil do visitante, foram coletadas informações referente à qualidade da experiência percebida através da reputação *online* para a

presente pesquisa, por meio das websites Facebook.com e TripAdvisor - as quais atingiram uma soma total de 132 avaliações. Destas, o site de avaliação TripAdvisor obteve um total de 68 avaliações, enquanto a rede social Facebook deteve de 64 opiniões de visitantes da reserva. A página oficial do Facebook, no entanto, torna a opção de abrir para comentários adicionais um ato opcional. Por isso, destes 64 visitantes, apenas 12 (18,75%) acrescentaram comentários mais específicos acerca do que acharam do local enquanto o visitavam, levando em consideração informações como a infraestrutura, conservação e outros. Os outros 52 visitantes restantes (81,25% do total) demonstraram sua opinião apenas indicando seu grau de satisfação em quantidade de estrelas, conseqüentemente reduzindo a abrangência de avaliações detalhadas a respeito.

Já no site de avaliação TripAdvisor, o comentário é em conjunto à posição no ranking, sendo que todos os viajantes participam mais ativamente na avaliação. Dessa forma, percebe-se que os indivíduos que entraram na página para relatar sua opinião, demonstraram-se também satisfeitos pelo que encontraram na reserva de forma geral. Em uma escala de 1 a 5 (no caso do TripAdvisor, representado pelos indicadores “Horrível”, “Ruim”, “Razoável”, “Muito bom” e “Excelente”, no que tange o total de 68 avaliadores, 75% (representando 51 visitantes) deixaram avaliações em seu mais alto índice de satisfação, indicado como “Excelente”, enquanto 22,06% (15 visitantes) selecionaram o grau de satisfação “Muito bom”, além de 2,94% (2 visitantes) que opinaram como “Razoável”. Não houveram avaliações com o índice “Ruim” ou “Horrível”.

Ainda assim, em relação aos avaliadores do Facebook, não se descarta o resultado positivo obtido através da pesquisa, pois destes (incluindo os que deixaram e os que não deixaram comentários adicionais), observa-se que o grau de satisfação foi conquistado em seu nível mais alto (5 estrelas) por 92,18% (59 visitantes) da parcela total, mesmo que não tenham opinado sobre, enquanto 4 pessoas avaliaram como 4 estrelas (6,25%), além de 1 que indicou a quantidade de 3 estrelas em relação à sua satisfação (1,56%).

A fim de facilitar a compreensão das opiniões levantadas, optou-se por realizar uma sistematização do conteúdo, em primeiro momento por meio da ferramenta *Word Cloud* e, em seguida, através da leitura individual dos comentários. A ferramenta citada realiza a construção de uma nuvem de palavras, a qual documenta os termos mais citados nas avaliações dos visitantes, organizando as

De modo geral, percebe-se que a reserva realiza um trabalho satisfatório em relação aos cuidados com a natureza. E não somente da reserva, mas também em relação à administradora Fundação O Boticário, que é elogiada pelos visitantes.

Algumas opiniões podem ser destacadas para melhor compreensão das opiniões, como por exemplo, “O lugar é lindo, bem cuidado. A cachoeira é fantástica. A trilha da Figueira é longa. Vale pela falsa baiana na volta” ou “O acesso ao local é um pouco complicado e cansativo. Porém, todo esforço é muito válido. O lugar é lindo e ainda é possível se refrescar numa piscina natural”, entre outros.

Os usuários também recomendam que sejam utilizados calçados adequados e que o visitante traga repelente, protetor solar, água e até mesmo roupa de banho para se divertir nas águas do aquário natural. Portanto, indicam que a visita seja feita em dias quentes, pois a época irá influenciar na temperatura da água para banho, podendo ter melhor proveito no verão.

No entanto, também há pontos negativos avaliados pelos usuários. O mais apontado pelos visitantes é em relação ao acesso, onde 19,69% (26 visitantes) apresentaram seu ponto de vista sobre. Percebe-se, então, que a utilização da palavra ‘estrada’ foi repetida 21 vezes e a palavra ‘acesso’, 17 vezes. Este é considerado precário, uma vez que a locomoção percorre uma estrada de chão por 64 quilômetros. É um aspecto externo, em que a reserva não tem como resolver diretamente, no entanto, entende-se que afeta na qualidade da experiência do turista. Além deste, temos outro aspecto externo comentado por uma visitante, que contratou o serviço de transfer cujo valor foi julgado como alto.

Em relação ao interior da reserva, alguns visitantes opinaram negativamente sobre a lanchonete, cujo serviço foi avaliado como “básico e simples”, além de terem mencionado sobre o horário de funcionamento (aberto até às 17h, ou de acordo com o fluxo de visitação) e sobre haver poucas opções disponíveis para compra. Ainda, foi comentado que este serviço está afastado das demais instalações.

As trilhas também foram avaliadas pelos usuários, onde estes alertam que a Trilha da Figueira “é mais moderada pra quem não está acostumado, caso contrário é tranquila”, sendo de maior duração e irregular, exigindo um pouco mais de esforço, inclusive pelo fato de, no final, existir uma estrutura de corda para atravessar o rio, a “Falsa Baiana”, em que o usuário se pendura pela estrutura bamba ou em meio ao rio. Uma usuária, ainda, relata que há pouca informação a respeito da fauna e flora. Em visita *in loco* nota-se, sobretudo, que há a presença de placas interpretativas e o

nome de algumas espécies de flora, embora os indicativos de espécies estejam mais concentrados na Trilha da Figueira, enquanto a Trilha do Salto Morato é desfavorecida nesse sentido.

Em relação aos recursos humanos, pôde-se interpretar, segundo alguns usuários, que, ainda que a reserva seja bem estruturada e organizada, há escassez de funcionários para prestar informações ou ajuda. De fato, no dia da visita *in loco*, somente foram avistados os funcionários na entrada do local, que deram instruções sobre as instalações e realizaram a cobrança de ingressos. Após isso, não foi encontrado nenhum outro ao longo do percurso e nem no Centro de Visitantes, que se encontrava vazio. Isto porque no dia da visita era período de baixa temporada, mas não se justifica, uma vez que o valor do ingresso é cobrado da mesma forma independente do período do ano e, mesmo com a sazonalidade, o serviço ofertado deveria ser o mesmo para todos os visitantes.

No entanto, ainda assim é difícil que um visitante da reserva realmente saia insatisfeito, são poucos os que encontram pontos negativos. Percebe-se que a Reserva Natural Salto Morato, então, é definitivamente uma importante propriedade com funções ecológicas e preservacionistas, contribuindo significativamente para a conservação do ecossistema em que está inserida.

Ainda assim, com base nos comentários avaliados, é confirmado que é possível ter um melhor proveito do espaço, que será vista ao longo do projeto, assim como sobre a relevância dos estudos acerca da avaliação da experiência turística para maximização da mesma.

A modo de criar-se referências para o projeto de turismo que se buscou alguns exemplos de boas práticas em UCs de modo geral, sendo algumas já realizadas na categoria das RPPNs propriamente ditas. Esta apresentação de exemplos deve-se a tentativa de ilustrar modelos que correspondam aos resultados encontrados por meio da reputação *online*, bem como a de ilustrar novidades que também poderiam ser implementadas no projeto de turismo, se adaptadas. Sobretudo, denotam importantes exemplos do modo como se está trabalhando o ecoturismo em diferentes UCs.

4.4 BOAS PRÁTICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Para que a pesquisa pudesse tornar-se ainda mais completa e os objetivos pudessem ser cumpridos por inteiro, o presente tópico irá abranger a busca por modelos de boas práticas em UCs a modo de ter-se referências que embasam a etapa do projeto de turismo. Estas referências procuraram ser adequadas ao ambiente em que a RNSM se encontra e ao tipo de perfil que a mesma possui. Isto, é claro, sem deixar de lado os princípios conservacionistas e as diretrizes de mínimo impacto. No entanto, buscam valorizar ainda mais a experiência do turista a modo de maximizar a qualidade e instigar o seu retorno através da educação ambiental a partir da visitação turística.

Com base nisso, uma pesquisa foi realizada a partir de dados da web para melhor compreender de que forma a atividade turística está sendo trabalhada em UCs e o seu potencial em contribuição aos princípios conservacionistas a partir do turismo.

Um dos exemplos foi citado no marco teórico, ao Mesquita e Vieira (2004) mencionarem sobre o trabalho de educação ambiental interligado ao ecoturismo na RPPN Estação Veracruz, na Bahia, que atrai estudantes, professores e turistas de diversas nacionalidades. Este é semelhante ao já realizado na RNSM, uma vez que ambos utilizam principalmente da aplicação de trilhas interpretativas e atividades no Centro de Visitantes para aproximar os visitantes da Mata Atlântica.

A RPPN Mata do Sossego, em Minas Gerais, integra o ecoturismo em suas atividades a partir da inserção e participação da comunidade de forma ativa na reserva, por meio de projetos e grupos de mulheres, sindicatos e outros segmentos locais (inclusive, com uma iniciativa de criação da Associação dos Amigos Protetores das Matas Simonesienses, a Ampromatas, organizada localmente e que tornou-se parceira nas ações desenvolvidas na região). (BELTRÃO, 2007).

Outras iniciativas interessantes se referem à Reserva Ecológica Ita-y-tyba, por exemplo, localizada no interior do Paraná, que promove o plantio de árvores e um variado programa didático para grupos de estudantes, bem como um programa de ecoturismo e de turismo rural, “unindo relaxamento físico e mental com a EA” (BELTRÃO, 2007, p. 28).

Em São Paulo, Beltrão (2007) também cita a parceria da RPPN Rizzieri com a Unimonte e UniSantos para programas que envolvem mini-cursos, palestras e seminários no local, bem como um projeto de aproximação do entorno da comunidade.

A contemplação também é trabalhada de maneira positiva na observação de aves no Parque Natural s'Albufera de Mallorca, localizado na Espanha, que dispõe de observatórios de aves para desfrutar durante o passeio (SPAIN, 2018), sendo estruturas que permitem melhor aproveitamento do *birdwatching*, conforme ilustrado pela Figura 14.

FIGURA 14 – ESTRUTURA DE OBSERVAÇÃO DE AVES NO PARQUE NATURAL S'ALBUFERA DE MALLORCA



FONTE: TripAdvisor (2013).

Além disso, em relação às trilhas, acredita-se que o Parque Estadual de Vila Velha localizado no Paraná apresenta uma interessante alternativa como atrativo turístico e ecológico. Em documento disponibilizado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos sobre o parque, tem-se a prática de Caminhada Noturna em Noite de Lua Cheia e Lua Nova como um dos atrativos, sempre com a transmissão de informações da UC em questão. A Caminhada Noturna é considerada uma “experiência sensitiva e diferenciada” e permite realizar a atividade de Fotografia na Natureza, sendo que em Lua Nova torna-se possível a melhor observação de constelações, planetas e satélites devido ao menor nível de luminosidade (PMI Parques, 201-).

Demais exemplos poderiam ser citados, no entanto, para os objetivos deste projeto, os aqui mencionados enquadram-se como satisfatórios, servindo de exemplo de boas práticas para tal pesquisa.

Ao fim da análise de resultados da pesquisa aqui apresentada, destaca-se, sobretudo, que os objetivos puderam ser alcançados à medida que uma parte deles foi solucionada já no decorrer do marco teórico (tais quais: a) abordar um panorama geral sobre o cenário ecológico que o Litoral do Paraná dispõe ao longo de seu território; b) avaliar as medidas existentes para a proteção das RPPNs enquanto

Unidades de Conservação, baseando-se na legislação que configura as áreas protegidas em questão), bem como o objetivo de “buscar modelos de boas práticas e exemplos de sucesso da exploração do turismo em Unidades de Conservação”, estes a partir da pesquisa de fontes secundárias.

Os demais também foram solucionados, estes propostos à base da pesquisa de campo e de dados a partir de pesquisa *online* (sendo eles: identificar os equipamentos e serviços turísticos existentes da RPPN Salto Morato; averiguar a situação atual da experiência de visita na RPPN Salto Morato e de que forma pode ser aperfeiçoada; e propor melhorias e inovações nos equipamentos e serviços existentes).

A proposta de projeto, então, irá pautar-se nos detalhes turísticos, que façam com que o visitante viva uma rica experiência ao estar imerso em uma região de importante valorização ambiental. Nesse sentido, irá basear-se primeiramente nos itens manifestados a partir da avaliação da reputação *online* (em especial o investimento nos recursos humanos e na lanchonete). Ademais, os recursos utilizados para a observação de aves serão revisados, bem como a busca por maior integração a partir da educação ambiental, através de cursos e programas na reserva, buscando novidades de modo geral, incluindo uma nova proposta que será apresentada: a prática de Caminhada Noturna.

Com isso, além de estar em um ambiente agradável, o visitante traz consigo a sensação de pureza que muitas vezes procura nos seus ambientes rotineiros e não encontra. De tal maneira, é uma forma de trazer o melhor de si mesmo tanto para ele, quanto para o local em que visita, pois o cuidado com ao seu redor costuma ser maior ao estar em uma área de preservação deste porte, principalmente após visualizar as suas qualidades.

5 PROJETO DE TURISMO

A ideia principal do projeto irá envolver o aproveitamento da infraestrutura turística já existente na reserva e a instalação de novos equipamentos e serviços turísticos visando a melhor experiência do visitante. Isso, é claro, sem abandonar os princípios de mínimo impacto ambiental e correspondendo às informações encontradas na pesquisa em relação ao perfil e a experiência turística.

A reserva, conforme visto no decorrer do trabalho, enquadra-se entre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de tal forma desenvolve o uso público, dentre outras maneiras, utilizando atividades de ecoturismo para propiciar a imersão na natureza em conjunto com os efeitos da educação ambiental, principalmente a partir das trilhas interpretativas já existentes.

Conforme visto ao longo do marco teórico, identifica-se que o ecoturismo se utiliza do patrimônio natural e cultural de maneira sustentável e, assim, busca aprimorar e incentivar sua conservação por meio da interpretação do ambiente ao instigar a consciência ambientalista, além de estar relacionado ao desenvolvimento regional. Ou seja, percebe-se que este é um trabalho que a reserva já realiza, o intuito torna-se apenas o de aprimoramento para melhor qualidade da experiência para o respectivo público, visto a importância de ambos os aspectos.

Portanto, a partir da visitação pública de diversas faixas etárias e estados brasileiros neste refúgio de informação e contemplação que é a RNSM, a proposta da presente pesquisa irá pautar-se primeiramente no desenvolvimento e aperfeiçoamento das estruturas mais comentadas a partir do levantamento da reputação *online* (em especial a lanchonete e os recursos humanos), ampliando as opções de culinária no cardápio e a quantidade de funcionários ao longo da reserva.

O projeto de turismo, a modo de propor novidades para a qualidade da experiência além do que foi visto pela reputação *online*, traz a proposta de modificação para fins de contemplação, visando melhor proveito da atividade de observação de aves ao inserir um equipamento de apoio que seria um observatório de aves de mínimo impacto ambiental.

Além disso, a proposta irá contemplar a opção de Caminhada Noturna no ambiente natural da reserva, bem como a retomada de minicursos com temática ambiental a modo de tentar atrair também a comunidade.

Estas atividades são direcionadas em especial ao público identificado na pesquisa (sendo majoritariamente da cidade de Curitiba, de uma faixa etária de 25 a 49 anos bem como a presença de ambos os sexos de forma quase equilibrada, ainda que o sexo feminino tenha uma pequena vantagem). Ainda assim, declara-se que estas propostas podem ser amplamente usufruídas por qualquer público, mas seu foco é para os turistas adultos que buscam contemplação, contato com a natureza e aprendizado.

As propostas aqui apresentadas visam englobar o espaço como um todo, uma vez que se destinam ao aperfeiçoamento do uso público da reserva. A instalação e reforma dos atrativos deverá ser realizada pelo proprietário, a Fundação O Boticário, sendo interesse do mesmo aplicá-lo ou não. Portanto, fica a seu critério o nível de relevância e prioridade para aplicação.

O objetivo desta proposta é fazer com que o visitante tenha uma rica experiência turística ao estar em um meio natural, de aproximação e contato com a preservação da natureza, para que assim possa aflorar a educação ambiental e este indivíduo possa aplicá-la em seu cotidiano.

O detalhamento e descrição das etapas de execução do projeto serão abordados a seguir.

5.1. Aperfeiçoamento da lanchonete e recursos humanos

Em relação aos recursos já existentes, a reputação *online* indicou que um dos aspectos internos da reserva que poderiam ser aperfeiçoados é em relação a lanchonete existente. Nesta, foi indicado pelos usuários sobre a escassez de opções e sobre o horário de funcionamento.

Acredita-se que a culinária é mais uma maneira de aproximar o turista da reserva e da cultura local, incentivando ainda mais a preservação e agradando ao ecoturista que já apresenta esse interesse, por permitir sentir e experimentar, literalmente.

Por isso, o projeto propõe que o cardápio da reserva seja revisado, uma vez que atualmente se resume a lanches e bebidas de forma limitada, basicamente. A proposta também inclui a contratação de dois novos funcionários locais, sendo que farão alternância de turnos para que seja possível ampliar o horário de abertura do serviço em questão. Por fim, nota-se que não será necessária reformas na estrutura

do ambiente, uma vez que o espaço se apresenta de maneira adequada e atende à demanda e o fluxo de turistas.

Nota-se, conforme divulgação da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS, 2013), que a cultura de Guaraqueçaba tem a mandioca como base da alimentação. A mandioca costuma ser plantada, colhida, ralada, prensada para drenagem e transformada em farinha, gerando subprodutos como tapioca, biju e rosquinha de polvilho (SPVS, 2013). Além disso, Guaraqueçaba é marcada pela pesca artesanal tanto como uma atividade de subsistência quanto para a sua gastronomia típica, sendo o “retrato fiel da identidade e cultura local” (SPVS, 2013). Assim, a culinária local inclui peixe fresco, ostra, tainha recheada assada, bolinho de camarão e camarão ao molho.

A partir disso, a proposta se baseia nas seguintes opções: como lanche para acompanhar o café, a principal referência será a tapioca. Assim, o viajante que se direciona a lanchonete antes de iniciar a trilha, poderá saborear os aromas e sabores da culinária local através de diferentes recheios que acompanham a tapioca, como camarão, queijo ou doce de leite.

A demanda para o almoço será em especial para quem for realizar o minicurso de observação de aves, onde os participantes terão a opção de peixe fresco grelhado com manteiga de ervas ou a tainha recheada assada, sendo ambos os pratos acompanhados de arroz, salada e farofa de mandioca com bacon. Estas opções também podem ser ofertadas caso seja solicitado com antecedência pelos visitantes em contato com a reserva.

Para quem fica alojado no camping ou deseja fazer um lanche ao fim da tarde, será possível degustar dos lanches já ofertados (hambúrguer, pasteis, etc). Os pasteis, por sua vez, terão o recheio de palmito, banana, barreado ou camarão, incorporando ainda mais a cultura local através dos ingredientes típicos do litoral.

Ademais, também serão oferecidas opções de rápido consumo para qualquer ocasião, como *snaks* de chips de mandioca e de banana, biscoito de polvilho, bala de banana e de gengibre, coxinha de mandioca, sobremesas como pudim de mandioca e porção de bolinho de camarão caçara. Também haverá sucos naturais de maracujá, gengibre, limão e laranja.

Nesse sentido, busca-se resgatar os traços deixados por estes povos e aplicá-los à culinária, uma vez que a gastronomia “é uma das formas de expressão

da sociedade, na representação de sua cultura, seu modo de ser, hábitos e no que constitui o patrimônio imaterial dos povos” (MASCARENHAS; RAMOS, 2008, p.1).

Todos estes alimentos serão fornecidos por produtores locais, incentivando o desenvolvimento socioeconômico da região.

Além deste aspecto, o projeto de turismo buscou novas aplicações de infraestrutura, observando as práticas já trabalhadas na reserva no intuito de aperfeiçoá-las e visando aprimorar o aspecto de contemplação com a prática do *birdwatching*.

5.2 Aplicação de novas infraestruturas turísticas e minicurso para a prática de *birdwatching*

A proposta de projeto, visando a melhor experiência turística, procurou trazer uma aproximação ainda maior aos espaços naturais, já que se enquadram nas principais motivações do turista conforme indicado pela nuvem de palavras realizada nesta pesquisa.

O *birdwatching*, apesar de não estar explícito na reputação *online*, demonstra um interesse do ecoturista que já visita a reserva, e assim retoma-se a importância de a qualidade da experiência ser uma avaliação contínua dos serviços ofertados. A prática consiste na observação de aves como uma atividade do segmento de ecoturismo. Nesse sentido, o aperfeiçoamento desta prática demonstra-se como uma estratégia para (re)conquistar visitantes, e assim manter uma novidade que incentive a visita.

Visando o mínimo impacto e seguindo as vertentes do ecoturismo, a pesquisa buscou exemplos que remetem a estruturas que permitem melhor observação de aves, prática do ecoturismo já realizada pela reserva, permanecendo a proposta de não interferir no ecossistema. Ou seja, o turista consegue usufruir de modo contemplativo, tendo o contato que busca com a natureza mas sem apresentar maiores riscos à fauna e flora do ambiente.

Assim, um bom exemplo de contemplação encontrado é o que se refere à estrutura formada no Parque Natural de s'Albufera de Mallorca, citado na seção de boas práticas (pág. 72), a qual consiste nos observatórios de aves, uma vez que a RNSM já pratica a atividade de *birdwatching*. No caso, a proposta seria incrementar a prática a partir da instalação de pontos de observação fixos, que permitem

observar e fotografar os pássaros ao permitir que estes pousem em ambientes que aparentam não ter interferência humana, uma vez que estes estão teoricamente camuflados.

Para esta devida aplicação, a estrutura será construída de maneira simples: com ripas de madeira, pregos e martelos, formando uma casa semelhantes a 'tocas' de observação, igualmente ilustrado na imagem do parque espanhol. Os recursos serão melhor detalhados a seguir.

Esta prática estará devidamente acompanhada da opção de realizar um minicurso de observação de aves, ministrado por um morador nativo capacitado e com o auxílio de binóculos. O intuito de trazer o morador local para aplicação deste minicurso, além de já estarem familiarizados com a fauna e flora da região, é mais uma aposta da integração do turismo com a comunidade, gerando mais empregos na região e fomentando o ecoturismo.

O opcional da reserva se destina aos visitantes que desejam ter um primeiro contato com a observação de aves, identificando as diferentes espécies e os cuidados necessários, compreendendo os locais e os momentos adequados para observação. O programa conta com a recepção dos visitantes, uma breve contextualização sobre o espaço em si, bem como os devidos passos para realização e uma pausa para o almoço.

Considerando uma prévia pesquisa de como estes minicursos são realizados em outros locais, concluiu-se que este opcional terá uma quantidade mínima de 5 participantes e máxima de 8, sendo necessário limitar a capacidade no intuito de preservar o local e garantir uma experiência agradável. Será necessário um agendamento prévio e a cobrança de ingressos no valor de R\$ 150,00, que inclui os materiais necessários e o acompanhamento do instrutor.

O minicurso iniciará às 9h30 com o término às 16h, incluindo a opção de almoço no valor (com intervalo de 1h), e o acompanhamento de um instrutor. A programação inclui uma introdução ao curso, contendo a abordagem da riqueza de espécies e de características e princípios básicos da classificação das aves; uma apresentação de técnicas de campo, visuais e auditivas, com a utilização do binóculo e a identificação de manifestações sonoras; e uma palestra final, disponibilizando tempo para dúvidas. A apresentação de todas essas informações está diretamente relacionada com o conhecimento sobre a Mata Atlântica e o Litoral, que será amplamente ensinado a partir da divulgação das espécies nativas.

5.3 Prática de Caminhada Noturna

As opções de trilhas da reserva já são um sucesso garantido, estando entre os termos mais comentados nos sites avaliados. O objeto de estudo do presente projeto, então, irá trabalhar com o potencial de utilizar essas trilhas de outra maneira: em uma caminhada noturna, que possibilita uma interação com o espaço sob luzes baixas e em maior silêncio, permitindo ouvir com maior atenção à fauna existente.

Essa é uma medida estratégica que não deixa de estar relacionada ao que foi encontrada na avaliação da reputação *online*, uma vez que os usuários relatam uma grande paixão pela 'Natureza' e pelos atrativos, incluindo o termo 'trilha' como os mais comentados, conforme visto anteriormente. Se abertas ao público de diferente maneira, as trilhas poderiam incentivar ainda mais a educação ambiental, verificando as adaptações necessárias. Essas adaptações incluiriam uma revisão na iluminação dos caminhos já utilizados, além de equipamentos como lanterna disponibilizados ao visitante.

Assim como praticado no Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), mencionado na seção de boas práticas, esta atividade é recomendada aos turistas que se interessem em perceber o ambiente natural da reserva em um olhar diferente sob a luz natural do luar, além de observar o céu estrelado sem a interferência das luzes da cidade.

Deve ser realizada sempre com a presença de instrutores locais e em um número limitado de vagas, com no mínimo 5 e no máximo 8 participantes, havendo uma cobrança adicional de R\$20,00 nos ingressos e a necessidade de prévio agendamento. Para a população de Guaraqueçaba, a cobrança será de R\$ 15,00. Esta prática, assim como em Vila Velha, irá ocorrer nas noites de Lua Cheia e de Lua Nova. Os valores e a quantidade de participantes foram baseados também no exemplo mencionado do PEVV, e foram adaptados ao considerar a quantidade de atrativos do local e a disposição do espaço da reserva. Em caso de chuva, a atividade deverá ser cancelada, ocorrendo a reconfirmação do serviço com um dia de antecedência, a ser feita pela equipe da Fundação O Boticário.

Os instrutores, por sua vez, serão moradores da região já ambientados com a fauna, flora e os costumes locais. Assim, serão capacitados pela Fundação O

Boticário e receberão devida formação para auxiliar os visitantes. O enfoque, sobretudo, será sobre a importância da Mata Atlântica e da preservação dos costumes locais, ambientando o visitante ao espaço da reserva e da cultura local do Litoral do Paraná.

Ademais, a divulgação ocorrerá especialmente através das mídias sociais, bem como através de *banners* em locais estratégicos, como atrativos naturais (parques municipais), pousadas, restaurantes, etc, especialmente na cidade de Curitiba, que é a procedência dos principais visitantes.

A Caminhada Noturna, então, entra como uma novidade promissora do segmento, podendo ser facilmente implementada. Isto inclui a contratação de recursos humanos, onde a escassez de funcionários também foi relatada pelos usuários, problema este que será resolvido.

A execução destes aspectos serão realizadas em etapas conforme abaixo.

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

Após averiguar ao longo da pesquisa aspectos como a infraestrutura turística, o perfil do visitante e as preferências do mesmo, no presente tópico se apresentam, enfim, as devidas etapas para a execução do projeto de melhorias referente ao uso público e turístico da Reserva Natural Salto Morato.

Estas medidas buscam fomentar o ecoturismo e aperfeiçoar a experiência do visitante da reserva a partir do uso turístico. De tal forma procurou, além de propor alternativas para os problemas encontrados na reputação *online*, incrementar com novas propostas de melhorias a partir da infraestrutura já existente, inovando e incentivando o retorno deste visitante no espaço. As iniciativas destas propostas consideraram, então, a análise das opiniões pessoais dos visitantes a partir da reputação *online* e a avaliação da infraestrutura no que foi observado em visita *in loco*.

5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto (com cronograma).

As devidas etapas necessárias para execução do projeto serão executadas da seguinte maneira: primeiro, deve-se atentar às avaliações realizadas pelos visitantes. Nesse sentido, um problema interno levantado a partir da realização da

pesquisa denota a necessidade da contratação de recursos humanos, onde serão necessários dois novos técnicos em gastronomia, dois monitores locais (moradores da comunidade do entorno) que serão capacitados pela reserva e um biólogo. Essas mudanças incluem a reestruturação do cardápio, pautado especialmente na gastronomia típica, que envolve a pesca artesanal e os produtos orgânicos derivados da mandioca.

Na primeira etapa, então, a Fundação O Boticário será responsável por disponibilizar um edital de contratação de novos colaboradores, bem como por capacitar e preparar os monitores locais. A partir disso, as entrevistas e a seleção dos candidatos serão realizadas pelo departamento de Recursos Humanos da Fundação. A mesma organização, responsável pela administração da RNSM, será responsável pela contratação e treinamento dos mesmos. O prazo estabelecido para esta etapa é de 1 mês.

Em segunda etapa, então, será destinada à compra dos recursos necessários para a implementação do projeto, tais quais ripas de madeira de reflorestamento para a construção do observatório de aves, pregos, martelos, 12 binóculos para a prática do minicurso e 12 lanternas e pilhas para a prática de caminhada noturna. Nesse estágio haverá, então, a construção das instalações do observatório e as devidas adaptações referentes ao trajeto da Trilha Salto Morato para que se torne possível realizar a Caminhada Noturna em noite de Lua Cheia e Lua Nova.

Essa é uma etapa que visa ampliar a visita do turista na reserva no quesito de experiência, aproximando-o de sua motivação de visita (a natureza) sem que interfira negativamente no local. Para tanto, o projeto buscou a referência da infraestrutura do Parque Natural s'Albufera de Mallorca como norteador no que se refere à observação de aves, ilustrado na seção de boas práticas.

A construção do observatório, que se baseia na estrutura do parque espanhol mencionado, deverá ser feita a partir dos colaboradores da Fundação O Boticário, e será inaugurado em um local de pouca interferência sonora, localizando-se próximo ao centro de capacitações, uma vez que sofre pouca interferência humana. As adaptações das trilhas para a prática de Caminhada Noturna, por sua vez, serão feitas a partir da revisão das condições das trilhas, conferindo e garantindo a segurança dos participantes de modo a não encontrar empecilhos nas

trilhas, como galhos, buracos, etc, principalmente no período noturno. A iluminação se dará pelas lanternas de auxílio.

Após o planejamento e as preparações, a 3ª etapa se destina especialmente à prática das propostas apresentadas, iniciando os programas de minicurso e das caminhadas.

Por fim, a quarta etapa é focada na revisão de tudo o que foi trabalhado, elaborando avaliações do retorno do investimento e monitorando o desempenho. Nessa etapa também se revisa as condições da infraestrutura e se realiza a manutenção, se necessário.

Ou seja, a elaboração deste projeto se dá conforma execução das etapas representadas pelo seguinte cronograma:

TABELA 2 – CRONOGRAMA DE ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE TURISMO

1ª etapa (1º mês)	2ª etapa (2º mês)	3ª etapa (3º mês)	4ª etapa (a partir do 6º mês de implementação)
Disponibilizar edital de contratação de colaboradores (técnico em gastronomia e monitores locais).	Compra de recursos necessários (ripas de madeira, pregos, martelo, binóculos, lanternas e pilhas) para aperfeiçoamento das estruturas mencionadas.	Início do minicurso de observação de aves.	Monitoramento e avaliação da eficiência do projeto de turismo.
Realização de entrevistas e seleção dos candidatos.	Construção das estruturas de observação de aves.	Início da prática de Caminhada Noturna.	Manutenção da infraestrutura.
Contratação e treinamento dos mesmos.	Adaptação do percurso da Trilha Salto Morato para a prática de Caminhada Noturna.		

FONTE: A autora (2018).

5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa

Como descrito anteriormente, a primeira etapa será a de executar melhorias na infraestrutura da reserva a partir dos pontos mencionados da reputação online. Nesse contexto, as primeiras mudanças serão a contratação de recursos humanos.

Para melhor identificação, representa-se em formato de tabela as necessidades de recursos humanos para cada etapa:

TABELA 3 – RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS PARA CADA ETAPA

	RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS	CONSULTORIAS E
--	------------------------------	----------------

		PARCERIAS
1ª etapa	Profissional em recursos humanos que irá realizar a seleção e contratação dos colaboradores	Será realizado pelo setor de recursos humanos da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
2ª etapa	Contratação de 4 monitores locais com conhecimento da região (Caminhada Noturna, auxílio em geral e atendimento ao público e minicurso de observação de aves); e 2 técnicos em gastronomia local (atuará no novo cardápio da lanchonete)	Seleção realizada pelo setor de recursos humanos da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
3ª etapa	Construção do observatório de aves e divulgação do minicurso e da Caminhada Noturna	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
4ª etapa	Monitoramento e manutenção regular da infraestrutura	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

FONTE: A autora (2018).

5.2.3 Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa

Após apresentado a descrição e as etapas de execução do projeto, têm-se a descrição do orçamento e desembolso por cada etapa. De tal forma, identifica-se que o maior investimento será com os recursos humanos, pois serão necessários para ampliar a equipe visando melhor atendimento e, por conseguinte, necessitarão de um treinamento de capacitação ao serem contratados.

Neste aspecto, percebe-se a necessidade de contratação de dois técnicos especializados em gastronomia, firmando uma parceria com o SENAC de Guaraqueçaba para tal fim. Em pesquisa realizada, detectou-se que o piso salarial para este cargo atualmente é o de R\$ 1.600,00 em média, sendo necessário dois colaboradores que trabalharão na reserva.

Os monitores locais, que irão atuar no auxílio aos turistas e instruí-los nas atividades de caminhada noturna e minicurso, serão capacitados pela Fundação O Boticário e não necessitam de qualificações específicas, apenas o conhecimento prévio da região, portanto, o custo estimado foi o de R\$ 1.200,00 mensal. Todos os cargos contratados oferecem o benefício de auxílio-transporte por dia trabalhado. Para a aplicação do minicurso, o instrutor responsável irá trabalhar mediante demanda dos grupos, uma vez que é previamente agendado.

Um orçamento também foi cotado com os materiais necessários, levando em consideração as diferentes propostas. Os custos destes materiais podem ser observados no Tabela 4.

DESCRIÇÃO	CUSTOS FIXOS	CUSTOS VARIÁVEIS	FONTE DE RECURSOS
Contratação de 4 moradores locais para atendimento aos turistas nos campos de atuação mencionados	R\$ 1.200,00 x 4	R\$ 4,20 por dia trabalhado x 4	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Contratação de 2 técnicos em gastronomia	R\$ 1.600,00 x 2	R\$ 4,20 por dia trabalhado	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Mão de obra para construção do observatório de aves	R\$ 850,00	Refeição no local	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Treinamento e capacitação dos colaboradores contratados	R\$ 40.000,00	R\$ 3.000,00	Coach da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Materiais para a construção do observatório de aves	R\$ 5.000,00	X	Leroy Merlin
Lanternas	X	R\$ 24,99 x 12	Havan
Binóculos	X	R\$ 88,00 x 12	Casas Bahia
Compra de estoque de produtos alimentícios	R\$ 800,00	R\$ 150,00	Parceria produtores locais
Manutenção da infraestrutura	X	R\$ 2,000	Fundação O Boticário

FONTE: A autora (2018).

5.2.4 Avaliação do retorno do investimento

O principal retorno do investimento do projeto se baseia, especialmente, no retorno de visitação. Acredita-se que com o aperfeiçoamento da infraestrutura e com os novos atrativos, como Caminhada Noturna e o minicurso de observação de aves, irão atrair um novo leque de turistas e a comunidade do entorno que se interessam, bem como ainda mais estudiosos para novas pesquisas. Assim, o benefício se dá especialmente pelo fomento da atividade de ecoturismo, incentivando novas parcerias com os empreendedores locais e expandindo a educação ambiental com os visitantes e os próprios moradores.

Além disso, aperfeiçoando a atividade de *birdwatching*, pode-se atrair a realização de eventos como simpósios, congressos e afins, bem como chamar a atenção de turmas de cursos como Biologia, por exemplo, a visitarem o espaço e estarem incentivando a prática.

Com isso, salienta-se que o desenvolvimento da reserva poderá fomentar o ecoturismo da região de Guaraqueçaba como um todo e trará maiores benefícios para a conservação ambiental, uma vez que aumentará os valores arrecadados pelo

ICMS Ecológico, conforme visto no marco teórico. Além deste retorno pelo imposto, também pode-se desenvolver o ecoturismo na região através de novas parcerias com agências de turismo a partir da venda de pacotes para o local, ou de parcerias com pousadas, restaurantes e associações de artesanato, por exemplo. As possibilidades de retorno devem ser sempre avaliadas para que se minimize os impactos gerados na região, como poluição visual, sonora, construções indesejadas, etc.

Mais especificamente, considerando o aumento de visitação, haverá, conseqüentemente, a devida arrecadação dos valores para a Fundação O Boticário através do ingresso na entrada, podendo este dinheiro ser revertido em prol da conservação e aperfeiçoamento do local. Em especial, a cobrança de valores para a prática de caminhada noturna e do minicurso de observação de aves contribuirá positivamente para este retorno econômico, aplicando em melhorias contínuas na reserva.

Uma sugestão que também pode ser estudada após avaliação do retorno do investimento, embora não mencionada no projeto, é a retomada de diversos cursos com a temática ambiental que anteriormente eram realizados no espaço de capacitação da reserva, que atraíam uma boa quantidade de turistas interessados, principalmente pelo fato da reserva ter uma boa infraestrutura e já ter sido possível realiza-los, conforme o Plano de Manejo da reserva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do projeto de pesquisa, foram adquiridas certa quantidade de informações que se revelam como um importante aprendizado, antes de qualquer resultado prático. Portanto, já se considera satisfatório o levantamento de informações e a ampliação do conhecimento sobre Unidades de Conservação, em especial à região do Litoral do Paraná.

Percebe-se, sobretudo, que o Paraná realmente dispõe de características que valem a pena serem exaltadas no que se refere às Unidades de Conservação, tanto por ser o segundo estado com mais RPPNs quando pelos outros méritos citados, sendo até mesmo considerado um motivo de orgulho aos paranaenses.

Foi considerado satisfatório também o que se refere ao sucesso obtido pelo alcance dos objetivos propostos, tanto o geral quanto os específicos, sendo possível identificar e propor melhorias para uma RPPN de enorme valor ecológico e turístico, que atualmente já realiza um trabalho digno de aplausos pela sua contribuição ambiental.

O turismo neste cenário apresenta uma relevante função de dialogar com o público visitante, em especial ao ecoturista, este que sai de sua casa no intuito de experimentar e busca uma transformação, de maneira diferente da do turismo convencional. Salienta-se a importância, então, de promover este segmento cada vez mais, já que o turismo é uma atividade inerente da existência humana, enquanto o ecoturismo representa uma forma de aproximação do homem com a natureza de forma positiva, ressaltando a educação ambiental nesses ambientes. Os donos de áreas privadas que se dispõem a praticar a atividade devem selar este compromisso com os benefícios ambientais do segmento.

Aliás, o ponto que sempre se deve estar atento para quem monitora a atividade turística, conforme comentado no marco teórico, é em relação à supervalorização dos benefícios e a negligência dos problemas da atividade, interessando-se mais no ganho econômico do que no exercício da conservação em si. No caso da RNSM, no entanto, o trabalho parece estar sendo feito de maneira eficiente, refletindo positivamente neste aspecto e ressaltando os ganhos ambientais de fato.

Foi visto também, ao longo do marco teórico, a importância destas áreas apresentarem um Plano de Manejo adequado. Neste contexto, a RNSM desenvolve

um trabalho positivo ao dispor desse elemento, sendo o mesmo um documento transparente, detalhado e completo. Contudo, faz-se uma ressalva em relação ao mesmo, uma vez que os dados contidos nele já se tornaram ultrapassados, retomando a importância de se terem atualizadas informações necessárias, como dados de visitação, da qualidade do serviço, dentre outras.

Ressalta-se, ainda, a importância de se estar ciente e fazer o possível para minimizar os impactos trazidos às áreas ambientais, ainda que haja dificuldade de se mensurar estes impactos.

Em relação ao projeto de turismo, destaca-se que a RNSM se revela como uma UC em bom estado de preservação, sendo até difícil encontrar aspectos negativos na avaliação da mesma. O desejo do projeto era o de trabalhar com o Litoral do Paraná e assim foi possível identificar e validar a gestão eficiente do ecoturismo em espaços de conservação, em especial na unidade que foi o objeto de estudo.

Espera-se, então, que a pesquisa possa trazer dados de interesse aos olhos da preservação ambiental, proporcionando maior contribuição com novas pesquisas, especialmente sobre as RPPNs do Litoral do Paraná em que não se têm muitos trabalhos, além de dar continuidade aos demais estudos sobre UCs de modo geral.

Sugere-se que, em próximas pesquisas, em especial as que possuem metodologias ou objetivos semelhantes, como o de levantamento de dados de perfil e de qualidade da experiência, que se consiga atingir uma amostra em maior quantidade de visitantes, bem como em maiores detalhes de perfil.

A análise da opinião, como visto ao longo da pesquisa, revela-se como algo importante e os meios eletrônicos exercem cada vez mais determinada influência na visitação ao divulgar informações a respeito do espaço, que podem ser tanto positivas quanto negativas. Nesse sentido, como pontuado no marco teórico, para uma gestão eficiente se deve sempre atentar aos esforços para reduzir a lacuna da qualidade esperada e da qualidade percebida, avaliando constantemente as expectativas e a satisfação no intuito de maximizar a experiência.

Somente assim é possível atingir uma experiência em que se oferece aprendizado, lazer, cultura, socialização, etc., em que o visitante carrega para fora do local e compartilha de modo positivo, propagando as vertentes do ecoturismo de forma responsável.

No caso da RNSM em especial, objeto de estudo, identifica-se que uma nova possibilidade de desenvolvimento do ecoturismo seria o estudo de abertura de novas trilhas, incentivando a prática de *Hiking*²/*Trekking*³, principalmente por já haverem caminhos trilhados que não são de uso público, conforme exibido na Figura 11 (pág. 60) do presente trabalho. Estes trajetos, se possível, também poderiam ser alvo de interpretação e educação ambiental, e também contribuiriam no fomento do ecoturismo, além de já ter sido mencionado no Plano de Manejo do local a demanda por novas opções, conforme comentado ao longo do marco teórico.

²Diferente do *Trekking*, o *Hiking* consiste nas caminhadas que podem durar desde uma hora até um dia todo, sendo um percurso a pé em ambientes naturais de diferentes graus de dificuldade, onde o praticante pernoita em seu local de origem (PMIPARQUES, 2018).

³O *Trekking* define-se pelas caminhadas que excedem um dia de viagem, em que o praticante irá pernoitar em locais ao longo da trilha (acampamentos, pousadas, etc.) (PMIPARQUES, 2018).

REFERÊNCIAS

((O)Eco). **O que são Unidades de Conservação**. Dicionário Ambiental, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>>. Disponível em: 22 abr. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil ganha quatro novas reservas particulares do Patrimônio Natural**. Letycia Bond. EBC, Brasília: 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/brasil-ganha-quatro-novas-reservas-particulares-do-patrimonio-natural>>. Acesso em: 11 mai 2018.

ALÉN GONZÁLEZ, M. E. Comparación de escalas para a medición da calidade percibida en establecementos termais. **Revista Galega de Economía**, vol. 15, núm. 2, pp. 25-44. ISSN 1132-2799, 2006.

ASHTON, M. S. G.; GARCIA, R. K. de O. Planejamento e gestão pública: reflexões sobre o desenvolvimento turístico de Novo Hamburgo a partir da investigação do perfil do visitante. **Revista Turismo – Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 10, n. 2, p. 185-203, 2008. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/627/520>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BASTARZ, C. **Projeto de Planejamento turístico para a trilha de acesso ao Salto dos Macacos, Morretes-PR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Paraná Curitiba, 2005.

BIZINELLI, C.; MANOSSO, F. C.; GÂNDARA, J. M. G.; VALDUGA, V. **Experiências de Turismo Cervejeiro em Curitiba**, PR. Revista Rosa dos Ventos, 5(2), p.349-375, abril-jun, 2013.

BELTRÃO, C. L. **Educação Ambiental em RPPN's: O Caso de Lima Duarte - MG**. Monografia (Especialista em Turismo e Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Excelência ao Turista, Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/178/1/2007_CarolinaLorentzBeltrao.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

BRANDON, K. **Ecotourism and conservation: a review of key issues**. World Bank, Global Environmental Division. Environment Department Papers – toward environmentally and socially sustainable development. 1996. 70p.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 24 abr 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Diretrizes para uma**

política nacional de ecoturismo. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. Brasília: Embratur, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf>. Acesso em: 14 mai 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística.** Brasil, Ministério do Turismo, 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/files/Guia_Embratur/conteudo/principal.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Turismo do Estado do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDITS.** Brasil, Ministério do Turismo, 2011. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/institucional/PDTISProdutoLitoral.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-geral de Segmentação. **Ecoturismo: orientações básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 22 mai 2018.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. (1998). **Ecoturismo: natureza e desarrollo sostenible.** Diana, México. 185p.

DE ROJAS, C.; CAMARERO, C. Visitors' experience, mood and satisfaction in a heritage context: evidence from an interpretation center. **Tourism Management**, v.29, n.3, p.525-537, 2008.

FBPN. **Plano de Manejo da Reserva Natural Salto Morato - Guaraqueçaba, PR - Vol. 1.** Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba, 2011.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J. de; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S. T.; O uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2. 2004, Indaiatuba. **Anais...** Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004.

FERRAZ, V.B. **As Reservas Privadas de Patrimônio Natural (RPPNs) como instrumentos de políticas públicas para a proteção ambiental: o caso do Estado de São Paulo.** Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://frepep.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Relatorio-Final-PIBIC.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA NETO, J.C.F. **Ecoturismo no Litoral do Paraná: Caminhos e Descaminhos**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. 210f.

GAETA, C.; NETTO, A. P. **Turismo de experiência**. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

GIL, A. C. . **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOSLING, M.S.; QUEIROZ, D.C.; MEINTS, L. de R.; CHRISTINO, J.M.M. O que faz do visitante de Inhotim tão satisfeito? **Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ ABET**, Juiz de Fora, v.7, n.2, p.82 – 99, Maio/Ago., 2017.

IAP 2017. **Dados sobre RPPN no Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1232>>. Acesso em 02 mai 2018.

IAP 2017. **Listagem de RPPN's Estaduais**. 2017. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1260>>. Acesso em 02 mai 2018.

____ 2017. **Listagem de RPPN's Federais**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1258>>. Acesso em 02 mai 2018.

ICMBio. **ICMBio divulga dados de visitação em UCs**. Instituto Chico Mendes, MMA. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8711-cresce-numero-de-visitantes-nos-parques-nacionais>>. Acesso em 22 mai 2018.

ICMBio. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação** - com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais. Instituto Chico Mendes, MMA. 2011.

ICMS Ecológico. **RPPNs rendem cerca de R\$ 2,2 milhões para os municípios paranaenses de Antonina e Guaraqueçaba**. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/yTsD6Y>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Reserva Particular do Patrimônio Natural**

- RPPN. Portal Meio Ambiente, MG: 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Jd5Hma>>. Acesso em: 21 mar. 2018..

KATAOKA, S. Y. **Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta**. 97 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

KLASSEN, S. **Just Watching In Morato**: Proposta pra implantação do turismo de observação de aves na Reserva Natural do Salto Morato / Guaraqueçaba, PR.

Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Paraná, 2005.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

KINKER, S.M.S. **O ecoturismo como uma das estratégias para a conservação da natureza em parques nacionais brasileiros**: estudo de caso dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Caparaó. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

KOVALHUK, M. W. **Proposta de Melhorias das Trilhas do Parque Estadual Pico Paraná (PEPP)**. Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LEUZINGER, C. **Funções de Preservação Ambiental e Ecoturismo da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN**: supressão por desapropriação. Monografia (especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2003. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/386/1/2003_ClaudioLeuzinger.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

LOUREIRO, W.; MARTINEZ, A. **ICMS Ecológico como instrumento de apoio as RPPN no Paraná**. Disponível em: <<http://icmsecologico.org.br/site/images/artigos/a009.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2018.

MARCHETTI, R.; PRADO, P.H.M. Um tour pelas medidas de satisfação do consumidor. **Revista de Administração de Empresas**, v.41, n.4, p.56-67, 2001.

MAROTI, P.S.; SANTOS, J.E. Percepção ambiental voltada à uma unidade de natural de conservação (Estação Ecológica de Jataí). In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. **Anais**. Curitiba: IAP; UNILIVRE; Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, v. 2, 1997. p.333-344.

MELO, M. A. S.; MACHADO, M. **A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e os Cartórios de Registro de Imóveis**. Associação de Registradores Imobiliários de São Paulo, Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto de Registro Imobiliário do Brasil: São Paulo, 2015.

MERIGLIANO, L. **Indicators to monitor the wilderness recreation experience**. In: Lime, D.W. (Ed.) *Managing America's enduring wilderness resource*. Minneapolis, MN: University of Minnesota; 1990. p. 156-162.

MESQUITA, C.A.B. **A natureza como o maior patrimônio**: Desafios e perspectivas da conservação voluntária em áreas protegidas privadas no Brasil. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Floresta, Rio de Janeiro, 2014.

MESQUITA, C.A.B.; VIEIRA, M.C.W. **RPPN** – Reservas particulares do patrimônio natural da mata atlântica. – São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. 56 p. ; 21 cm . – (Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série conservação e áreas protegidas, 28)

MMA. **Categorias**. Ministério do Meio Ambiente, Áreas Protegidas, Unidades de Conservação. 201-. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>>. Acesso em: 02 mai 2018.

MMA. **O que são**. Ministério do Meio Ambiente, Áreas Protegidas, Unidades de Conservação. 201-. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: 02 mai 2018.

MMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. Ministério do Meio Ambiente, 201-. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 02 mai 2018.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R.; **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Editora Manole, 2005.

NIEFER, I. **Análise do perfil de visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: marketing como instrumento para um turismo sustentável**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. NETZ, S. (Trad.) Porto Alegre: Bookman, 2003

PARANÁ. **Governo do Paraná amplia áreas protegidas em 10,7 mil hectares**. Agência de Notícias do Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=95370&tit=Governo-do-Parana-amplia-areas-protegidas-em-107-mil-hectares>>. Acesso em 02 mai 2018.

PARANÁ. **Unidades de Conservação e Áreas Protegidas**. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. 201-. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=249>>. Acesso em 02 mai 2018.

PAZINI, R. Os produtos turísticos de Curitiba desde a perspectiva dos gestores das agências de turismo receptivo. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Turismo, UFPR, 2015.

PMIPARQUES. Anexo I - **Parque Estadual de Vila Velha**. Parques do Paraná - Procedimento de Manifestação de Interesse. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 201-.

RÁBAGO, N.L.B. e REVAH, L.O. **El ecoturismo: una nueva modalidad del turismo de massa**. 2000. *Economía, Sociedad y Territorio*, 2(7): 373-403. 2000.

RODRIGUES, A.B. **Ecoturismo** - limites do eco e da ética. In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). Ecoturismo no Brasil - possibilidades e limites. Contexto, São Paulo/SP, 2003. 29-45

RODRIGUES, M. L.; MALHEIROS, T. F.; FERNANDES, V.; DARÓS, T. D. **A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais**. Saúde Soc., São Paulo, v. 2, p. 96-110, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/09.pdf>>. Acesso em: 22 mai 2018.

SANTOS, F. O. **Alguns impactos das Unidades de Conservação do município de Antonina**. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2013. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36738/Franciele%20Ortiz%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 07 mai 2018.

SANTOS, J.E.; JESUS, T.P.; HENKE-OLIVEIRA, C.; BALLESTER, M.V.R. Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE ECOLOGIA, 7, São Carlos, 1996. **Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais**. São Carlos: UFSCAR, 1996. p. 309-353

SANTOS JUNIOR, O. D. dos; PIRES, P. dos S. Turismo em Unidades de Conservação de método visitor activity management process (VAMP) para a caracterização do uso público e o manejo de visitantes no Parque Estadual da Ilha do Mel (PR). **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano V, n. 1, p. 59-79, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/172/194>>. Acesso em: 11 mai 2018.

SOIFER, J. **Empreender turismo e ecoturismo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SOUZA, J.L.; CÔRTE, D. A. de A; FERREIRA, L. M. **Perguntas e Respostas sobre Reserva Particular do Patrimônio Natural**. ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF: Setembro, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/7rxM24>>. Acesso em: 06 nov 2017.

SPAIN. **Parque Nacional de Doñana, la tranquilidad más natural**. Disponível em: <https://www.spain.info/pt_BR/reportajes/parque_nacional_de_donana_la_tranquilidad_mas_natural.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

SPVS. **Guaraqueçaba vai além de atrativos da natureza e encanta com características e culturas regionais**. 2013. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br/guaraquecaba-vai-alem-de-atrativos-da-natureza-e-encanta-com-caracteristicas-e-cultura-regionais/>>. Acesso em: 2 out. 2018.

SPVS. **Revisão dos Planos de Manejo das Reservas Naturais Morro da Mina, Rio Cachoeira e Serra Itaqui - Paraná**. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, Plano de Manejo das Reservas Naturais Morro da Mina, Rio Cachoeira e Serra do Itaqui, Curitiba, 2012. Disponível em:

<http://www.spvs.org.br/wp-content/uploads/downloads/2016/01/PLANO_MANEJO_RESERVAS_NATURAIS_S_PVS-1.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2018.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**. Setor Público e Cenários Geográficos. Editora Aleph, volume 3. 2000. São Paulo/SP.

TUAN, Y. **Topofilia – um estudo de percepção, atitudes e valores e do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL - Difusão Editorial , 1980. p.52-105

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. **O que são áreas protegidas?**, s.d. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/introdu%C3%A7%C3%A3o/o-que-s%C3%A3o-%C3%A1reas-protegidas>>. Acesso em 02 mai 2018.

VASCONCELLOS, J. M. de O. **Educação e interpretação ambiental em unidades de conservação**. São José dos Pinhais: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2006. (Cadernos de Conservação, n. 4).

WALL, G. **Is ecotourism sustainable?** Environmental Management, 21(4): 483–491. 1997.

WEARING, S. e NEIL, J. (2001) **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Manole, Barueri/SP. 256p.

ANEXO 1 – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

	MINISTÉRIO DO TURISMO Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA	
CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS		
UF:	REGIÃO TURÍSTICA:	MUNICÍPIO:
IDENTIFICAÇÃO		
Tipo: (6) C.1.6. Unidades de conservação e similares		Subtipos: (1) C.1.6.1. Área de proteção ambiental (2) C.1.6.2. Área de relevante interesse ecológico (3) C.1.6.3. Estação ecológica (4) C.1.6.4. Floresta (5) C.1.6.5. Monumento natural (6) C.1.6.6. Parque (7) C.1.6.7. Refúgio de vida silvestre (8) C.1.6.8. Reserva biológica (9) C.1.6.9. Reserva extrativista (10) C.1.6.10. Reserva de desenvolvimento sustentável (11) C.1.6.11. Reserva de fauna (12) C.1.6.12. Reserva particular do patrimônio natural (13) C.1.6.13. Zoológico (14) C.1.6.14. Jardim botânico (15) C.1.6.15. Outras
1. INFORMAÇÕES GERAIS		
1.1. Nome oficial _____		
1.2. Nome fantasia _____		
1.3. Natureza (1) Pública (2) Privada (3) Outra _____		
1.4. Tipo de organização/instituição (1) Associação (2) Sindicato (3) Cooperativa (4) Sistema S (5) Empresa (6) Outros _____		
1.5. Localização (1) Urbana (2) Rural		
1.6. Coordenadas geográficas		
1.6.1. Latitude _____		
1.6.2. Longitude _____		
1.7. Endereço		
1.7.1. Bairro/localidade _____		
1.7.2. Distrito _____		
1.7.3. CEP _____		
1.8. Sinalização		
1.8.1. De acesso (1) Sim (2) Não		
1.8.2. Turística (1) Sim (2) Não		
1.9. Proximidades		
(1) Restaurante (2) Bar/lanchonete (3) Meio de hospedagem (4) Shopping (5) Galeria/rua comercial (6) Centro de convenções/exposições (7) Posto de combustível (8) Outras _____		

1.10. Distâncias (km)		
1.10.1. Aeroporto _____	1.10.2. Estação rodoviária _____	1.10.3. Estação ferroviária _____
1.10.4. Estação marítima/fluvial _____	1.10.5. Estação metroviária _____	1.10.6. Ponto de ônibus _____
1.10.7. Ponto de táxi _____	1.10.8. Sede do município _____	1.10.9. Localidade mais próxima _____
1.10.10. Outras _____		
1.11. Pontos de referência		

1.12. Entidade mantenedora _____		
1.12.1. Esfera administrativa		
(1) Federal (2) Estadual (3) Municipal (4) Particular (5) Concessão (6) Outras _____		
1.12.2. Endereço eletrônico (e-mail) _____		
1.12.3. Sítio eletrônico (site/página na web) _____		
1.13. Plano de manejo (1) Sim (2) Não		
2. FUNCIONAMENTO		
2.1. Estrutura de funcionamento		
2.1.1. Visitação (1) Sim (2) Não		
2.1.1.1. Finalidade da visitação (1) Passeio (2) Aventura (3) Religiosidade (4) Pesquisa (5) Outras _____		
2.1.1.1.1. Agendada (1) Não (2) Opcional (3) Obrigatória		
2.1.1.1.2. Autoguiada (1) Não (2) Opcional (3) Obrigatória		
2.1.1.1.3. Guiada (1) Não (2) Opcional (3) Obrigatória		
2.1.2. Entrada		
2.1.2.1. Gratuita (1) Sim (2) Não		
2.1.2.2. Paga (1) Inteira (2) Meia		
2.1.3. Instalações de entrada		
2.1.3.1. Centro de recepção (1) Sim (2) Não		
2.1.3.2. Posto de informação (1) Sim (2) Não		
2.1.3.3. Portaria principal (1) Sim (2) Não		
2.1.3.4. Guarita (1) Sim (2) Não		
2.1.3.5. Bilheteria (1) Sim (2) Não		
2.1.3.6. Outras _____		

2.1.4. Atendimento ao público							
2.1.4.1. Atendimento em língua estrangeira (1) Não (2) Inglês (3) Espanhol (4) Outras _____							
2.1.4.2. Informativos impressos (1) Não (2) Português (3) Inglês (4) Espanhol (5) Outras _____							
2.2. Regras de funcionamento							
2.2.1. Período							
(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho							
(8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro (13) Ano inteiro							
2.2.2. Horário							
	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
2.2.2.1. Abertura							
2.2.2.2. Encerramento							
2.2.2.3. Funcionamento 24 horas (1) Sim (2) Não							
2.2.2.4. Funcionamento em feriados (1) Sim (2) Não							
2.2.3. Restrições							
(1) Crianças (2) Fumantes (3) Animais (4) Outras _____							
2.2.4. Outras regras e informações							

2.3. Caracterização do fluxo turístico							
2.3.1. Dados da visitação							
2.3.1.1. Total anual de visitantes (nº) _____							
2.3.1.2. Total de visitantes alta temporada (nº) _____							
2.3.1.2.1. Meses de alta temporada							
(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho							
(8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro (13) Ano inteiro							
2.3.2. Origem dos visitantes/turistas							
(1) Entorno municipal (2) Estadual (3) Nacional (4) Internacional							
2.3.2.1. Origem dos turistas nacionais (até 5 estados)							

2.3.2.2. Origem dos turistas internacionais (até 5 países)							

2.3.2.3. Ano-base _____							
2.3.3. Principal público frequentador (1) Turistas (2) Moradores							

2.4. Apoio à comercialização			
2.4.1. Integra roteiros turísticos comercializados (1) Sim (2) Não			
Nome dos principais roteiros (até 5)	Sítio eletrônico (<i>site/página web</i>)		
2.4.2. Integra guia turístico (1) Sim (2) Não			
Nome dos principais guias impressos (até 5)	Sítio eletrônico (<i>site/página web</i>)		
3. CARACTERÍSTICAS			
3.1. Instalações			
3.1.1. Estacionamento (1) Pago (2) Gratuito (3) Coberto (4) Descoberto			
3.1.1.1. Capacidade de veículos (nº) _____			
3.1.1.1.1. Automóveis (nº) _____			
3.1.1.1.2. Ônibus (nº) _____			
3.2. Outras Instalações e equipamentos			
(1) Área de exposições coberta	(2) Área de exposições não coberta	(3) Loja de <i>souvenir</i>	(4) Sinalização interna
(5) Centro de convenções	(6) Espaço para festas e eventos	(7) Anfiteatro	(8) Museu
(9) Palco para eventos	(10) Feiras	(11) Quadra poliesportiva	(12) Grade ou proteção
(13) Ambulatório médico	(14) Iluminação	(15) Vestiário	(16) Guarda-volumes
(17) Caixa eletrônico	(18) Telefones públicos	(19) Instalações sanitárias	(20) Bebedouros
(21) Teleférico	(22) Churrasqueira	(23) Outros _____	
3.3. Outros equipamentos e serviços			
(1) Achados e perdidos	(2) Bar/lanchonete	(3) Restaurante	
(4) Hospedagem	(5) Serviço de som	(6) Serviço de informações	
(7) Vendedores ambulantes	(8) Disponibilidade de carrinho de bebê	(9) Disponibilidade de cadeira de rodas	
(10) Disponibilidade de bicicletas	(11) Disponibilidade de cavalos	(12) Disponibilidade de pedalinhos	
(13) Disponibilidade de boias	(14) Outros _____		

3.4. Atividades

3.4.1. Arvorismo	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.2. Atividades culturais	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.3. Atividades pedagógicas	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.4. Boia-cross	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.5. <i>Bungee-jump</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.6. Caminhada	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.7. Canoagem	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.8. Cavalgada	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.9. Ciclismo	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.10. Escalada	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.11. Ginástica	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.12. <i>Kitesurf</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.13. Mergulho	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.14. <i>Motocross</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.15. <i>Mountain bike</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.16. Observação	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.17. <i>Off road</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.18. Parapente/asa-delta	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.19. Pesca	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.20. <i>Rafting</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.21. Rapel	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.22. Remo	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.23. Safári fotográfico	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.24. <i>Skate</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.25. Vela	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.26. Voo livre	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.27. <i>Windsurf</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.28. Trilha	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.29. Outras _____	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos

3.5. Características físicas

3.5.1. Extensão (m ou km) _____

3.5.2. Hidrografia

3.5.2.1. Rio (1) Sim (2) Não

3.5.2.1.1. Quedas d'água (1) Sim (2) Não

3.5.2.1.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.2. Riacho (1) Sim (2) Não

3.5.2.2.1. Quedas d'água (1) Sim (2) Não

3.5.2.2.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.3. Córrego (1) Sim (2) Não

3.5.2.3.1. Quedas d'água (1) Sim (2) Não

3.5.2.3.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.4. Fonte (1) Sim (2) Não

3.5.2.5. Lago/lagoa/laguna (1) Sim (2) Não

3.5.2.6. Alagado (1) Sim (2) Não

3.5.2.7. Outras _____

3.5.3. Relevo

(1) Montanha	(2) Serra	(3) Monte/morro/colina	(4) Pico/cume	(5) Chapada/tabuleiro/matacão
(6) Patamar	(7) Dolina	(8) Vale	(9) Planalto	(10) Planície
(11) Depressão	(12) Salina	(13) Caverna	(14) Gruta	(15) Furna

3.5.4. Flora

3.5.4.1. Vegetação

(1) Floresta amazônica (2) Mata atlântica (3) Mata de araucária (4) Cerrado (5) Caatinga
 (6) Campo (7) Complexo do pantanal (8) Manguezal (9) Vegetação litorânea

3.5.4.2. Espécies

3.5.4.2.1. Endêmica (1) Sim (2) Não

3.5.4.2.1.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho
 (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro

3.5.4.2.2. Rara (1) Sim (2) Não

3.5.4.2.2.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho
 (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro

3.5.4.2.3. Em extinção (1) Sim (2) Não

3.5.4.2.3.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho
 (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro

3.5.4.2.4. Exótica (1) Sim (2) Não

3.5.4.2.4.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho
 (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro

3.5.4.2.5. Outras _____

3.5.4.2.5.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho
 (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro

3.5.5. Fauna

3.5.5.1. Espécies

3.5.5.1.1. Endêmica (1) Sim (2) Não

3.5.5.1.1.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho
 (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro

3.5.5.1.2. Rara (1) Sim (2) Não

3.5.5.1.2.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho
 (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro

3.5.5.1.3. Em extinção (1) Sim (2) Não

3.5.5.1.4.1 Melhores meses de observação					
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro
3.5.5.1.5. Outras _____					
3.5.5.1.5.1 Melhores meses de observação					
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro
3.6. Atividade econômica					
3.6.1. Agropecuária					
(1) Não	(2) Agricultura	(3) Pecuária	(4) Aquicultura	(5) Silvicultura	(6) Outras _____
3.6.2. Industrial					
(1) Não	(2) Petrolífera	(3) Automobilística	(4) Têxtil	(5) Alimentícia	
(6) Coureira	(7) Joalheira	(8) Madeireira	(9) Ceramista	(10) Outros _____	
3.6.3. Extrativista					
(1) Não	(2) Mineral	(3) Vegetal	(4) Animal		
3.7. Descritivo das especificidades do atrativo					

3.8. Acesso ao atrativo					
3.8.1. A pé					
3.8.1.1. Trilha de acesso (1) Pavimentada (2) Não pavimentada					
3.8.1.2. Extensão (m) _____					
3.8.1.3. Grau de dificuldade (1) Leve (2) Semipesada (3) Pesada					
3.8.2. Transporte					
3.8.2.1. Regular					
Empresa	Telefone	Sítio eletrônico (<i>site/página na web</i>)	Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>)		

3.8.2.2. Fretado

Empresa	Tipo de transporte	Telefone	Sítio eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)

4. PROTEÇÃO, QUALIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, PREMIAÇÃO, DESTAQUES E OUTROS

4.1. Do atrativo (1) Sim (2) Não

Categoria	Instrumento (nº)	Nome/Título/Denominação/ Certificação/Licenciamento	Entidade declaratória/Tipo de declaração
4.1.1. Municipal	4.1.1.1. Lei/Decreto		
	4.1.1.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.1.1.3. Norma/Ato		
	4.1.1.4. Outros		
4.1.2. Estadual/ Distrital	4.1.2.1. Lei/Decreto		
	4.1.2.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.1.2.3. Norma/Ato		
	4.1.2.4. Outros		
4.1.3. Federal	4.1.3.1. Lei/Decreto		
	4.1.3.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.1.3.3. Norma/Ato		
	4.1.3.4. Outros		
4.1.4. Internacional	4.1.4.1. Lei/Decreto		
	4.1.4.2. Portaria/Instrução/ Deliberação		
	4.1.4.3. Norma/Ato		
	4.1.4.4. Outros		
4.1.5. Outras	4.1.5.1. _____		
	4.1.5.2. _____		

5. ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO
(1) Muito bom (2) Bom (3) Ruim
6. ACESSIBILIDADE
6.1. Possui alguma facilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida? (1) Não (2) Sim (responder às questões seguintes)
6.1.1. Pessoal capacitado para receber pessoas com deficiência (1) Não (2) Física (3) Auditiva (4) Visual (5) Mental (6) Múltipla
6.1.2. Rota externa acessível (1) Não (2) Estacionamento (3) Calçada rebaixada (4) Faixa de pedestre (5) Rampa (6) Semáforo sonoro (7) Piso tátil de alerta (8) Piso regular e antiderrapante (9) Livre de obstáculos (10) Outras _____
6.1.3. Símbolo internacional de acesso (1) Não (2) Entrada (3) Área reservada (4) Estacionamento (5) Área de embarque e desembarque (6) Sanitário (7) Saída de emergência
6.1.4. Local de embarque e desembarque (1) Não (2) Sinalizado (3) Com acesso em nível
6.1.5. Vaga em estacionamento (1) Não (2) Sinalizada (3) Com acesso em nível (4) Alargada para cadeira de rodas (5) Rampa de acesso à calçada
6.1.6. Área de circulação/acesso interno para cadeiras de rodas (1) Não (2) Rampa (3) Elevador (4) Plataforma elevatória (5) Com circulação entre mobiliário (6) Porta larga (7) Piso regular/antiderrapante
6.1.7. Escada (1) Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Sinalização tátil de alerta (5) Piso antiderrapante
6.1.8. Rampa (1) Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Piso antiderrapante (5) Sinalização tátil (6) Inclinação adequada
6.1.9. Piso (1) Não (2) Tátil (3) Sem obstáculos (tapete ou desnível) (4) Antiderrapante/deslizante
6.1.10. Elevador (1) Não (2) Sinalizado em Braille (3) Dispositivo sonoro (4) Dispositivo luminoso (5) Sensor eletrônico (porta)
6.1.11. Equipamento motorizado para deslocamento interno (1) Não (2) Cadeira (3) Carrinho
6.1.12. Sinalização visual (1) Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate
6.1.13. Sinalização tátil (1) Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate
6.1.14. Alarme de emergência (1) Não (2) Sonoro (3) Visual (4) Vibratório
6.1.15. Comunicação (1) Não (2) Texto informativo em Braille (3) Texto informativo em fonte ampliada (4) Intérprete em Libras (língua brasileira de sinais)
6.1.16. Balcão de atendimento (1) Não (2) Rebaixado (3) Preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

6.1.17. Mobiliário

(1) Não (2) Altura adequada (3) Recuo adequado

6.1.18. Sanitário

(1) Não

(2) Barra de apoio

(3) Porta larga suficiente para entrada de cadeira de rodas

(4) Giro para cadeira de rodas

(5) Acesso para cadeira de rodas

(6) Pia rebaixada

(7) Espelho rebaixado ou com ângulo de alcance visual

(8) Boxe ou banheira adaptada

(9) Torneira monocomando/alavanca

6.1.19. Telefone

(1) Não (2) Altura adequada (3) Para surdos (TPS ou TTS)

6.1.20. Sinalização indicativa de atendimento preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (1) Sim (2) Não

6.1.21. Outras _____

7. OBSERVAÇÕES

8. REFERÊNCIAS**9. EQUIPE RESPONSÁVEL**

Responsável pelo preenchimento (Pesquisador) _____

Telefone/Fax _____

Endereço eletrônico (*e-mail*) _____

Responsável pela conferência (Coordenador) _____

Telefone/Fax _____

Endereço eletrônico (*e-mail*) _____